

**Samir Alexandre Rocha**

**A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL PROTEGIDA EM ÁREA  
URBANA: PARQUE MUNICIPAL DO FINDER, JOINVILLE (SC)**

**Florianópolis  
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Samir Alexandre Rocha**

**A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL PROTEGIDA EM ÁREA URBANA:  
PARQUE MUNICIPAL DO FINDER, JOINVILLE (SC)**

**Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Maria de Arruda Furtado**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Área de Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais**

**Florianópolis/SC, março de 2006**

**A valorização da paisagem natural protegida em área urbana:  
Parque Municipal Morro do Finder, Joinville (SC)**

**Samir Alexandre Rocha**

**Coordenador:** \_\_\_\_\_

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Utilização e Conservação dos Recursos Naturais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Sandra Maria de Arruda Furtado (UFSC–Florianópolis,SC)**

**Membro:** \_\_\_\_\_

**Profª Dr Luiz Otávio Cabral (Bom Jesus/IELUSC–Joinville,SC)**

**Membro:** \_\_\_\_\_

**Profª Drª Lívia de Oliveira (UNESP–Rio Claro)**

**Membro:** \_\_\_\_\_

**Profª MSc. Maria Dolores Buss (UFSC-Florianópolis,SC)**

**Florianópolis-SC, 21 de março de 2005**

Dedico este trabalho a todos aqueles que se interessam por conhecer áreas tão interessantes como o Parque Municipal Morro do Finder e a todos aqueles que fazem desta Unidade de Conservação o que ela é.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao fazer esta dissertação uma série de pessoas foram fundamentais no sentido de me apoiar nas horas de desânimo, incentivar na continuidade do trabalho, auxiliar dando subsídios ao resultado final da pesquisa e, sobretudo me orientar para fazer deste o que é.

Opto por não mencionar nomes para não correr o risco de me esquecer de ninguém.

Em todo caso agradeço aos meus familiares, amigos, professores e entrevistados por tudo que fizeram por mim.

“Minha cisma coloca-se no reconhecimento de fatores que supostamente têm contribuído para a despersonalização dos lugares: o uso indiscriminado do progresso técnico e o abismo social, aliados a um baixo grau de informação do cidadão; o preconceito pelo antigo e pelas coisas da terra; os modismos; a sujeição cega ao gosto do mercado; a falta de noção geográfica na administração do espaço; a desconsideração das características menores do lugar...”

Eduardo Yáziqi

## RESUMO

“(...) qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossa mente”. É com base nesta afirmação de Meinig (2002:35), na linha da Geografia Humanista que foi desenvolvido este trabalho. Com a ocupação das áreas mais planas do município de Joinville (SC), os morros do Iririú e do Boa Vista foram em parte preservados em sua vegetação natural. No primeiro situa-se a unidade de conservação estudada, o Parque Municipal Morro do Finder. Foram analisados a criação do parque e os diferentes aspectos e simbolismos que constituem o significado desta paisagem para os três grupos de entrevistados, gestores, visitantes e habitantes locais. A partir das percepções, dos valores e dos sentimentos, categorizou-se os diferentes discursos, evidenciando dimensões relativas a esta paisagem natural protegida em área urbana como campo de observação/contemplação, espaço de descanso, aconchego e memória, espaço de incômodo, medo e restrição, e, por fim, espaço de atuação política e de gestão. Assim, por meio da análise ficou reafirmada a importância do Parque Municipal Morro do Finder no contexto municipal e regional, como também a necessidade de uma gestão mais efetiva com base em um plano de manejo adequado, elaborado com a participação de todos os atores sociais envolvidos.

## ABSTRACT

"(...) any landscape is composed not only for what it is in the front of our eyes, but also for what it is hidden in our mind". Grounded in this affirmation of Meinig (2002:35), in the line of the Humanistic Geography that was developed this work. With the occupation of the plainest areas of the Joinville (SC) city, the mounts Iririú and the Boa Vista, had been in part preserved in its natural vegetation. In the first, is placed the Conservation Unit studied, called Parque Municipal Morro do Finder. The creation of the park and the different aspects and symbolisms that constitute the meaning of this landscape for the three interviewed groups, wichwere managers, visitors and local inhabitants had been analyzed. From the perceptions, of the values and feelings, the different speeches about to this protected natural landscape in urban area, had been categorized, showing relative values to this as: field of comment / contemplation, space of rest, coziness and memory, space of anoying, fear and restriction, and, finally, space of management and politics performance. Thus, by means of the analysis in the Parque Municipal Morro do Finder reaffirmed this importance in the municipal and regional context, and also the necessity of a more effective management on the basis, in a plan of adjusted handling, elaborated with the participation of all the social actors involved.

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Oficina lítica utilizada por populações pré-coloniais para afiação de ferramentas .....	33
Foto 02 – Imagem lançada em anúncios publicitários que divulgavam as Terras da então Colônia Dona Francisca como um local bom para se viver .....	37
Foto 03 – Foto de uma casa em estilo enxaimel localizada na área rural de Joinville – propriedade de Arthur Liermann.....	40
Foto 04 – Porto de Joinville no ano de 1905, em frente à empresa A. Batista Cia. Ltda. que trabalhava com erva-mate .....	42
Foto 05 – Primeiro carro a circular em Joinville.....	44
Foto 06 – Foto do segundo ônibus construído e que circulou em Joinville .....	46
Foto 07 – Primeiro prédio da Fundação Tupy em 1940, no centro da cidade; e instalações da Tupy, com destaque a escola técnica na parte Leste de Joinville .....	49
Foto 08 – Área de ocupação irregular na periferia do município de Joinville .....	51
Foto 09 – Uma das antigas placas colocadas por Amandos Finder.....	56
Foto 10 – Foto aérea com a identificação dos limites da Unidade de Conservação Parque Municipal Morro do Finder .....	58
Foto 11 – Foto da rua de acesso ao Parque Municipal Morro do Finder com destaque para as novas residências.....	69
Foto 12 – Trabalho de sensibilização ambiental com professores da rede municipal de ensino de Joinville .....	74
Foto 13 – Foto da área urbana no leste de Joinville a partir do Belvedere da Pedra do Veloso.....	76
Foto 14 – Foto de uma das trilhas para caminhadas.....	78
Foto 15 – Praticantes de escalada no Parque Municipal Morro do Finder .....	82
Foto 16 – Foto de uma das várias aves que podem ser encontradas no parque .....	87

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Esquema teórico do processo perceptivo .....	19
Figura 02 - Mapa de Localização do Município de Joinville .....	24
Figura 03 - Carta Imagem do Município de Joinville.....	25
Figura 04 - Imagem da área urbana de Joinville com destaque aos morros do Iririú e Boa Vista .....	27
Figura 05 – Carta Topográfica do Parque Municipal Morro do Finder.....	28
Figura 06 - Perfil do Município de Joinville – Unidade Geomorfológica da Planície..... .....	30
Figura 07 - Mapa com a delimitação e estruturas existentes no Parque Municipal Morro do Finder.....	61

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. CONTEXTO TEÓRICO – GEOGRAFIA HUMANISTA E PAISAGEM .....	9
1.1 A Geografia Humanista e sua construção ao longo da história .....	9
1.2 A fenomenologia como aporte da Geografia Humanista.....	13
1.3 Paisagem e percepção: processos e relações interdependentes .....	16
2. FORMAÇÃO, APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS: DA PRÉ-COLONIA À CIDADE DE JOINVILLE (SC).....	21
2.1 Situando a área de estudo: Joinville e o Parque Municipal Morro do Finder ...	22
2.1.1 O Município de Joinville e o Parque Municipal Morro do Finder: localização e breve contextualização.....	23
2.2 Da formação à ocupação, uso e transformações das paisagens locais pelas sociedades pré-coloniais.....	29
2.3 O dote que virou “lote”: o início da Colônia Dona Francisca.....	33
2.4 Ciclos Comerciais Joinvilenses - da Colônia à cidade industrial.....	41
3. PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER: DA CRIAÇÃO AO FUNCIONAMENTO.....	54
4. PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER – AS DISTINTAS VALORIZAÇÕES DA PAISAGEM.....	66
4.1 A valorização estética da paisagem.....	67
4.2 A valorização utilitária da paisagem.....	70
4.2.1 A utilidade para a Pesquisa Científica.....	70
4.2.2 A utilidade para a Educação Ambiental.....	72
4.2.3 A utilidade para o Lazer.....	75
4.3 A valorização da paisagem como local de trabalho.....	83
4.4 A valorização da paisagem como reserva .....	84
4.5 A valorização da paisagem como incômodo, medo e restrição .....	90
4.6 A paisagem como espaço de atuação política e de gestão .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101

## INTRODUÇÃO

Muito se fala em preservação da natureza, do meio ambiente natural; porém este pensamento não é tão recente assim. No percurso da história, o homem desenvolveu diferentes formas de apropriação da natureza, que acabaram por resultar em grandes problemas ambientais. Todavia, isto também acarretou na maior reflexão sobre o uso e apropriação das áreas naturais pelo homem, impulsionadas principalmente por questões culturais<sup>1</sup> e de poder.

Nesta perspectiva, ficam claras algumas marcas geradas em determinados momentos históricos como, por exemplo, o romantismo, período marcado por diversos ritos e mitos, destacando-se o mito da beleza selvagem onde a sociedade “civilizada” idealizava os homens selvagens e a natureza como símbolos do belo, do retorno às origens, local de resgate da consciência e da alma humana.

É com base nestes pressupostos e entendimento em relação às áreas naturais, que, no Século XIX, surgiu o conceito moderno de Unidades de Conservação, sendo marco a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, no dia 1º de março de 1872. O referido espaço ficou caracterizado como uma área natural protegida onde o homem não poderia habitar, mas, sim, visitar como forma de se reencontrar e apreciar as maravilhas da natureza, conforme assinalam Diegues (1998) e Brito (2000).

Assim, as Unidades de Conservação surgem como um modelo de proteção da natureza direcionado e influenciado pelas idéias do romantismo, tendo como linha mestra à criação de parques em áreas selvagens e desabitadas (no caso de haver pessoas estas deveriam ser deslocadas para outro local), onde o homem poderia apenas contemplar e ser conduzido a perceber as belezas da “natureza intocada”.

Porém como assinala Meneses (2002: 50), “deve-se observar que os parques naturais têm um estatuto contraditório: são naturais porque culturalizados. Em outras

---

<sup>1</sup> Entendendo-se a cultura como “modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas, mas é também o modo pelo qual aquelas formas são experienciadas, entendidas e interpretadas.” (JACKSON apud CORRÊA, 2003: 174)

palavras, sua condição de natureza selvagem, intocada, imune ao olhar e às ações humanas é contraditada por sua condição de paisagem, que exige visibilidade”.

No decorrer dos tempos, vários países buscaram criar as suas Unidades de Conservação com base no sistema norte-americano. O Brasil, por sua vez, inicia as suas experiências com base neste modelo de proteção das paisagens naturais em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. Entretanto, vale destacar que ainda durante o império, no ano de 1876, tem-se a proposta de criação de parques nacionais nas áreas de “Sete Quedas” (PR) e da “Ilha do Bananal” (TO).

As Unidades de Conservação no Brasil são regidas e definidas com base na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação”, que define estas como áreas territoriais e seus recursos ambientais, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de preservação. Trata-se, portanto, de uma atitude política de proteção às paisagens contidas em espaços delimitados pelo homem, os quais devido a importância e relevância de seus atributos, recebem um regime especial de administração, visando garantir a sua preservação e conservação da diversidade biológica e demais recursos.

Ao mesmo tempo, devidos as multiplicidades de ecossistemas presentes no Brasil, e a busca por uma melhor organização e administração destes espaços, foram estabelecidas categorias distintas de Unidades de Conservação de acordo com objetivos prioritários de maior ou menor grau de preservação, sendo divididas em: Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou Direto e as Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Indireto.

Teoricamente, as categorias de Proteção de Uso Sustentável consistem naquelas que podem ser utilizadas para fins de manejo, a fim de se procurar alternativas para o desenvolvimento sustentável dos recursos. Dentro desta concepção têm-se as Florestas Nacionais, as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, etc. Em relação às Unidades de Conservação de Proteção Integral ou Uso Indireto, estas não podem ser utilizadas para fins extrativistas ou modificadas pela ação humana. Dentro desta concepção temos os Parques Nacionais, Estaduais e

Municipais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas que tem a finalidade de proporcionar conhecimentos sobre a natureza e servir, ao mesmo tempo, como espaços de lazer e geração de qualidade de vida.

Definindo conceitualmente, os Parques, de acordo com a legislação vigente<sup>2</sup>, são espaços delimitados que possuem características “naturais” a serem preservadas e conservadas, tendo como objetivos a pesquisa científica, a educação ambiental, e o lazer, incluindo neste, a prática da visita turística. Porém, os estudos sobre estas paisagens abordam principalmente os seguintes aspectos: sociais, ou seja, dedicados ao estudo das comunidades tradicionais as quais sofrem um processo de opressão em virtude da instalação de áreas de proteção que permitem apenas o uso indireto dos seus recursos ambientais; o processo de gestão desses espaços; e, trabalhos relacionados às ciências biológicas, tais como caracterização e inventariamento de espécies, havendo, portanto uma falta de pesquisa que discutam a relação de pessoas que vivam no entorno de Unidade de Conservação e, sobretudo, busquem aproximar discursos de diferentes grupos acerca destas áreas.

Os parques como as demais Unidades de Conservação são espaços institucionalizados, expressões práticas do controle político, freqüentemente criados e gestados com uma visão da natureza como um mero instrumento para satisfação de certas necessidades humanas.

As Unidades de Conservação no Município de Joinville, começam a ser pensadas e colocadas em prática somente a partir de meados da década de 80 com a criação da Área de Proteção Ambiental – APA – Dona Francisca e com os primeiros projetos de criação de Parques Ecológicos na cidade.

Em 1992, foi criado o Parque Municipal Morro do Finder no município de Joinville (SC) tendo como princípio de criação e objetivos a preservação da área, que é uma das poucas paisagens naturais presentes em meio à área urbana do município, e ainda, como espaço de educação ambiental e lazer para os moradores de Joinville, apresentando de forma secundária a possibilidade de realização de práticas de pesquisa científica e de turismo.

---

<sup>2</sup> BRASIL, 1979; BRASIL, 2000; SANTA CATARINA, 2002.

Atualmente, o Parque vem sendo administrado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA), órgão público que passa por crises financeiras que estão influenciando diretamente no processo de gestão da área, fato que vem gerando pressões políticas por parte do poder público para que seja realizada uma reestruturação da Unidade.

Dentre as proposições apresentadas cogita-se a transformação da atual Unidade de Conservação em Parque Urbano, ou seja, um parque público vinculado apenas às práticas do lazer e do turismo.

Outra pressão e proposição existente em relação ao Parque Municipal Morro do Finder, também apresentado como vinculado aos problemas financeiros para administração da Unidade de Conservação, refere-se à troca da sua administração que passaria a ser realizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONURB); empresa de economia mista voltada à exploração de serviços públicos que, segundo a legislação busca viabilizar o desenvolvimento econômico e social do município de Joinville relacionados à indústria, turismo, urbanização e mineração (JOINVILLE, 1974; JOINVILLE, 1997). Está sendo cogitado também, neste processo, a diminuição dos limites da área a ser efetivamente protegida, propondo-se assim a revisão do decreto de criação deste espaço instituído.

Logo, um fator essencial que justifica esta pesquisa relaciona-se à importância do Parque Municipal Morro do Finder enquanto paisagem joinvilense e, sobretudo do papel das Unidades de Conservação no contexto social urbano.

Assim, tomando a pesquisa como uma prática realizada por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, cujo princípio se dá através de um problema ou questionamento, remetendo a um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. Com base nestes preceitos, este trabalho foi desenvolvido tendo seus procedimentos metodológicos baseados no estudo de caso da valorização da paisagem natural protegida em área urbana, Parque Municipal Morro do Finder, partindo-se da pesquisa bibliográfica e documental e tendo como instrumento de coleta de dados entrevistas estruturadas com pessoas envolvidas no processo de gestão, moradores e visitantes do Parque.

Neste sentido, uma primeira descrição a ser realizada acerca dos procedimentos metodológicos aqui desenvolvidos, refere-se à construção teórica do trabalho baseada em textos de livros e artigos com a finalidade de apresentar os conceitos que regem e dão subsídios a pesquisa, como: geografia humanista, percepção, paisagem e fenomenologia.

Para tanto partiu-se de trabalhos como os de Claval (1997; 2002), Amorim Filho (1998), Corrêa (1999), Holzer (1992; 1999), Tuan (1980), Buttimer (1982), Relph (1975), Cobra (2004), Von Zuben (2004), Merleau-Ponty (1994), fundamentais neste exercício de construção teórica.

Para a elaboração da descrição da área de estudos na parte de formação, apropriação e transformação das paisagens em que se localiza o Parque Municipal Morro do Finder, a pesquisa bibliográfica e documental fundamentou-se nos trabalhos de autores locais: Gonçalves & Oliveira (2001), Oliveira *et.al.* (2002), Santana (1998), Ficker (1965), Ternes (1984), Rodowics-Oswiecimski (1992), Niehues (1993).

Ainda para a pesquisa documental foram utilizados dados provenientes de legislação, evidenciados na conceituação sobre as Unidades de Conservação, nas especificidades relacionadas à gestão do Parque Municipal Morro do Finder e na contextualização deste diante da situação territorial municipal. Outros dados que compuseram a pesquisa no tocante à contextualização da paisagem, nos diferentes períodos históricos, incluindo o presente momento, foram fotos, imagens, mapas e artigos de jornal.

Para o levantamento empírico, foram utilizadas entrevistas abertas estruturadas, tendo como um dos procedimentos visitas à Unidade de Conservação em datas aleatórias, em número não estabelecido previamente, nos quais foi possível obter com maior facilidade informações institucionais e dos gestores locais.

A amostragem empregada nesta pesquisa foi a não-probabilística por julgamento que se define como aquela na qual o autor da pesquisa seleciona o que acredita ser a melhor amostra diante do seu problema de pesquisa. Desta forma foi realizado um total de 25 (vinte e cinco) entrevistas, sendo 4 (quatro) com gestores, 9 (nove) com moradores do bairro Bom Retiro, 5 (cinco) com moradores do bairro Iriirú

e outras 7 (sete) com visitantes do parque. As perguntas tiveram como base experiências de estudos anteriores, sendo aqui importante destacar as pesquisas de Cabral (1999), Meinig (2002), Machado (1998) e Bley (1990) sob forma de formulário composto por questões abertas que incluíam os seguintes temas:

- O que é o Parque Municipal Morro do Funder para você?
- Como você descreveria o Parque para alguém que não o conhece?
- Qual a importância do Parque?
- Como cuidar do Parque?
- Quem deve cuidar do Parque?
- Você gostaria que seus filhos ou netos conhecessem o Parque como ele é hoje? Por quê?
- Como é utilizado o parque e que outros usos poderiam ser efetuados?
- O que você faria caso o Parque deixasse de existir?
- O que você gosta e o que você não gosta no Parque?

A abordagem aos entrevistados ocorreu basicamente de duas formas. Com agendamento prévio, para os técnicos responsáveis pela gestão da Unidade de Conservação, que não se encontravam no parque, mas sim, na sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente e para alguns moradores locais. Mas, para a maior parte dos entrevistados, solicitava-se a disponibilidade das pessoas naquele momento para a realização da entrevista.

O procedimento de análise das entrevistas foi fundamentado nas premissas teóricas da geografia humanista e tomou como referência principal para a categorização dos discursos os trabalhos de Cabral (1999) e Meinig (2002).

Esta categorização foi estabelecida de acordo com um gradiente de valores, partindo da valorização do parque como campo de observação / contemplação, valorização utilitária, como espaço de trabalho, reserva e recurso a ser preservado, espaço de descanso, aconchego e memória, consumo, incômodo, medo e restrição, e, por fim, espaço de atuação política e de gestão.

Assim, é apresentado em um primeiro momento o contexto teórico-metodológico sobre o qual o trabalho foi desenvolvido, sendo destacadas as definições adotadas no processo de pesquisa e análise sobre o Parque Municipal.

No segundo capítulo ressalta-se e são apresentados aspectos que descrevem o caso analisado, incorporando as transformações e apropriações da paisagem que compõem o Município de Joinville e o Parque Municipal Morro do Finder, sendo também apresentada a localização da área de estudos.

A presente dissertação segue então para a apresentação de como se deu o processo de criação da Unidade de Conservação e quanto ao seu funcionamento, encerrando-se com o quarto capítulo que é a análise dos dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com gestores, moradores locais e visitantes do Parque Municipal Morro do Finder.

Estas entrevistas tiveram por base questões abertas, objetivando a identificação de aspectos que qualificam a área a partir da percepção destes sujeitos, estando intrínsecos nestes discursos aspectos culturais, valores, memórias, etc.

As respostas provenientes deste procedimento serviram para a identificação das representações que os habitantes entrevistados possuem sobre a área no seu dia-a-dia, ou seja, para uma reflexão dos conhecimentos próximos da ação cotidiana, sem ignorar, e ao contrário, sendo escolhido este procedimento porque nele pode-se evidenciar inclusive aspectos do imaginário das pessoas, gerando-se assim uma pesquisa de base qualitativa sobre o local de estudos. (LEFÉVRE, 2000)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. (...) (...) ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (...) aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (...). (MINAYO, 2001: 21-22)

Neste sentido, a presente pesquisa procura apresentar o fato de que, embora a percepção da paisagem seja idiossincrática, a paisagem e a Unidade de Conservação, Parque Municipal Morro do Finder, é composta ao mesmo tempo por

uma série de conceitos provenientes de instrumentos legais e, inclusive, sentimentos compartilhados. (TUAN, 1980; TUAN, 1983)

## **1. CONTEXTO TEÓRICO – GEOGRAFIA HUMANISTA E PAISAGEM**

Ao longo dos tempos a geografia se mostrou como um campo do conhecimento que busca constantemente a compreensão do mundo e suas contradições no âmago das relações sociais, na apropriação e uso do meio ambiente.

Neste sentido, ao longo do seu processo de desenvolvimento e construção evidenciam-se diferentes formas de perceber, pensar e refletir os fenômenos sócio-espaciais, sendo cada uma das quais geradoras de linhas metodológicas as quais são fundamentais no processo de construção do conhecimento geográfico. Surgem assim linhas denominadas, por exemplo, como: Geografia Pragmática ou Teorética<sup>3</sup>, Geografia Radical ou Crítica<sup>4</sup>, Geografia Humanista, dentre outras.

Nesta pesquisa, tomou-se como linha mestra para o seu desenvolvimento a Geografia Humanista, sendo perspectiva deste capítulo, realizar uma breve apresentação do seu histórico e desenvolvimento como forma de pensamento geográfico, bem como, os conceitos e a metodologia na qual se baseia.

### **1.1 A Geografia Humanista e sua construção ao longo da história**

Pensando a Geografia como uma ciência que busca a compreensão das relações sócio-espaciais, há de se entender que as maneiras de se analisar estes processos assumem diferentes formas ao longo do tempo.

Buscando realizar uma breve exposição, há que se destacar que a geografia surge na Antigüidade como uma disciplina cujo objetivo era determinar coordenadas com a finalidade de localizar os lugares na superfície da Terra, gerando assim

---

<sup>3</sup> Que se baseia na utilização de matrizes matemáticas, estatística, ... (SEABRA, 1999)

<sup>4</sup> Linha de pensamento geográfico inspirada pelo materialismo histórico-dialético. (SEABRA, 1999)

representações espaciais cartográficas dos lugares e, de forma secundária, descrições sobre os mesmos, como acentua Claval (1997).

Com as explorações marítimas do século XVI, o trabalho do geógrafo passa por uma grande transformação que, embora mantivesse associação com o objetivo central da disciplina, foi fundamental para que outras mudanças ocorressem em relação à Geografia. Era esta uma fase na qual o melhor conhecimento das rotas náuticas era fator essencial no sucesso de grandes empreitadas econômicas, sendo o trabalho do geógrafo, neste sentido, intensificado no estabelecimento de latitudes e longitudes associando leituras de documentos de viagem a levantamentos astronômicos. (CLAVAL, 1997)

Com a criação e o estabelecimento de equipamentos de navegação a disciplina geográfica passa a ser questionada fazendo com que muitos pesquisadores e estudiosos da área ingressem em uma nova perspectiva de trabalho associada em determinados aspectos às ciências naturalistas, atuando em uma atividade até então secundária que era a descrição dos espaços.

Nesta nova forma de trabalho um naturalista que se destaca é Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexander von Humboldt, sobretudo na apresentação das paisagens, enfatizando em suas pesquisas a necessidade de se praticar observações e descrições cuidadosas e precisas da natureza no campo. (AMORIM FILHO, 1998)

A partir deste momento histórico duas concepções se destacam na Geografia: uma primeira que buscava por meio de seus métodos o entendimento das relações entre a natureza e a sociedade e uma segunda que tinha como preocupação o papel dos espaços no funcionamento dos grupos, tendo as duas linhas em comum a convicção sobre a existência de uma realidade global. (AMORIM FILHO, 1998)

Neste sentido, com maior ênfase no final do século XIX até a metade do século XX, é proposta uma nova teoria de diferenciação regional da Terra, baseada na existência de combinações de aspectos naturais e de artefatos comuns em dados espaços como resultante da ação conjugada das forças naturais e da ação humana, sendo exemplo as regiões agrícolas, industriais, turísticas, históricas, etc. Após esta evolução um novo enfoque surge na geografia que é o estudo da distribuição dos

homens e sua inserção no meio ambiente, passando os grupos humanos a ser o centro da análise. (CLAVAL, 1997)

Assim, a partir de autores como Carl Sauer é reforçada uma nova linha de pensamento denominada de Geografia Cultural, a qual estava alicerçada em temas tais como história da cultura no espaço, ecologia cultural e, principalmente paisagens culturais, sofrendo, de acordo com Corrêa (1999) críticas severas relacionadas principalmente a questões conceituais e metodológicas (não se tinha uma metodologia e conceitos de estudo claros) o que gerou uma relativa perda de prestígio e, por fim, o seu declínio na década de 40.

Na década de 50, um novo paradigma se apresenta nos estudos geográficos, trata-se do estudo das localizações, pensando-se assim o conceito de redes fundamentado na definição de que “o espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e econômicas, em redes de vias de transporte e de comunicação, e em redes urbanas, que concretizam os efeitos da combinação dessas redes” (CLAVAL, 2002:18). Neste sentido, é quebrada a idéia do espaço a partir da visão naturalista cedendo a uma idéia funcionalista.

Com o seguimento dos estudos de base funcionalista surgem, principalmente na década de 70, movimentos de discussão que ressaltam e alertam para o fato de que, enquanto área do conhecimento enquadrada nas ciências sociais, a Geografia pouco falava sobre os homens. Tem-se assim um novo modo de pensar a geografia sob um enfoque cultural, no qual a natureza, a sociedade e a cultura são refletidas como fenômenos complexos sobre os quais só se obtém respostas a partir de experiências que se apresentam e conforme o sentido que as pessoas dão à sua existência.

A região, se é que existe, é um espaço vivido. Vista, percebida, sentida, amada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. Redescobrir a região significa, então, procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens. (FRÉMONT apud CLAVAL, 2002: 21)

Esta nova perspectiva apresentada, tendo como um de seus destaques o geógrafo Yi fu Tuan, despontou neste momento como um ressurgimento da

perspectiva cultural na Geografia denominado como uma nova Geografia Cultural, ou Geografia Fenomenológica (título indicado por Edward Relph em 1971), Geografia da Percepção, Geografia Humanística ou, enfim, Geografia Humanista. (OLIVEIRA, 2001; SEABRA, 1999; HOLZER, 1992)

Buscando uma maior compreensão dos ideais desta linha de pensamento, a Geografia Humanista é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar estes aspectos.

A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982: s.p.)

Sob este prisma de estudo da geografia tem-se como premissa que cada indivíduo possui uma percepção do mundo que se expressa diretamente por meio de valores e atitudes para com o meio ambiente, ou em outras palavras, a Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona.

(...) os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de "Humanista", pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. (...). Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar. (ENTRIKIN, 1980: 16)

Além dos pressupostos da Geografia Humanista há de se ressaltar que, em relação às primeiras proposições de inserção e ressalva sobre a importância da cultura no estudo geográfico, é realizada uma nova reflexão sobre os conceitos, incluindo neste bojo os elaborados, principalmente entre 1925 e 1940, buscando em outras ciências definições teóricas para alicerçar esta linha de pensamento; neste

sentido elaborou-se uma discussão sobre termos como cultura, percepção, mundo-vivido, paisagem, lugar, etc.

Outro aspecto a ser destacado neste processo de consolidação da Geografia Humanista é o fato de que esta ao estruturar-se, buscou e estabeleceu para seus estudos um aporte filosófico e conceitual baseado na fenomenologia, procurando assim entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana. (HOLZER, 1999)

## 1.2 A fenomenologia como aporte da Geografia Humanista

A Fenomenologia (...) procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, por meio de uma ciência da experiência e reflexão tornando possível observar as coisas tal como elas se manifestam (...).

(ENTRIKIN, 1980: sp)

Uma das idéias base da geografia, ressaltada, sobretudo, pela Geografia Humanista, é o fato de que a superfície terrestre é constituída por um todo no qual se têm situações variadas apresentadas tanto nas paisagens naturais e artificializadas com as comunidades que as compõem. Assim, uma das premissas que regem e que constituem a base da discussão Humanista na Geografia refere-se ao princípio das idiosincrasias a respeito dos territórios, paisagens e lugares.

Neste sentido, há de se refletir sobre toda uma gama de conceitos e princípios que dão base e sustentam a Geografia Humanista como forma de se refletir sobre as relações sociais em relação ao meio ambiente em que se têm fortemente evidenciadas relações culturais, sentimentos; enfim, se apresenta como uma abordagem que busca compreender o espaço geográfico como espaço de vivência. (TUAN, 1980; BUTTIMER, 1982; RELPH, 1975)

As primeiras reflexões sobre a fenomenologia surgem entre o final do Século XIX e início do Século XX, com a publicação de 1901 sob o título "Investigações

lógicas"; em que a fenomenologia surge intimamente ligada à Matemática. Tendo como idealizador Edmund Husserl, inicia suas reflexões procurando estabelecer uma nova forma de pensamento sobre a lógica, cujo princípio fundamental é as experiências básicas da consciência não interpretadas, tomando como máxima o compreender as coisas em si mesmas. (COBRA, 2004; VON ZUBEN, 2004; MERLEAU-PONTY, 1994)

O termo fenomenologia surge a partir da palavra fenômeno que, por sua vez é gerada da expressão grega *phainomenon* que deriva do verbo *phainestai* e quer dizer "mostrar-se a si mesmo", representando "(...) tudo aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento, através das estruturas cognitivas da consciência" (SERPA, 2001: s.p.).

Logo, a fenomenologia busca aquilo que se apresenta como o princípio básico do pensamento filosófico, que é ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, destacando a importância das percepções, dos fatos sócio-ambientais, e por fim da intersubjetividade do pensamento, que, como um todo, constitui nosso mundo-vivido, o qual envolve as histórias, os sentimentos, os valores, etc.

A fenomenologia tem a ver com os princípios e as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, conduta, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição, mas que devem primeiro ser vividos para serem compreendidos como eles realmente são, como ressalta Tuan (1980).

Visa, de acordo com Garnica (1997), a compreensão, o conhecimento do mundo, sendo que ao "voltar-se às coisas mesmas" busca promover reflexões sobre a importância das experiências vividas, apelando por descrições mais concretas do espaço e do tempo, e de seus significados na vida humana diária, deixando assim transparecer as essências que constituem os seus fenômenos.

Logo, ela pode ser definida como "(...) um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância" (BUTTIMER, 1982: 170), havendo esforços para, por meio do uso desta metodologia na Geografia, se elucidar o mundo enquanto espaço

vivido e de vivência a partir do qual o homem, habitante de um mundo físico e social, influi diretamente sobre os significados e as intencionalidades de sua consciência, onde são construídas e estabelecidas as experiências, fato que envolve, portanto mais do que apenas compreensões cognitivas, sendo o espaço um conjunto contínuo e dinâmico onde o experimentador vive, se desloca, percebe e valoriza as coisas buscando atribuir-lhes significados.

Tem-se assim como preceito o fato de que as pessoas estão diretamente ligadas ao mundo através de sua vivência e de seus sentidos, onde cada indivíduo vê, ou melhor, percebe a realidade de forma diferente, sendo cada idéia sobre este espaço composta de uma consciência baseada em experiências pessoais, aprendizados, imaginação, memória, fatos que tornam o mundo e o espaço geográfico idiossincrático a partir das percepções humanas sobre ele, mas que, no entanto, não invalidam a afirmação de que todos os seres humanos compartilham de determinadas percepções comuns tendo em vista a vivência em um mundo comum. (BUTTNER, 1982; LOWENTHAL, 1982; RELPH, 1975; TUAN, 1980)

É nesta perspectiva que o mundo-vivido surge como um conceito-chave definido pela apresentação de um todo composto “(...) de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias (...)” (RELPH, 1975: 3).

Mundo, para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. (BUTTNER, 1982:172)

Assim, conforme Holzer (1997), a Geografia Humanista entende o espaço como o resultado obtido a partir de paisagens marcadas, construídas e constituídas de vontades, valores e memórias, as quais são baseadas em experiências do mundo, referências sociais e redes de interação, resultando assim este conhecimento no entendimento geográfico do mundo e do auto-conhecimento humano em relação aos seus sentimentos sobre o seu meio ambiente, sendo ressaltado que o espaço e, sobretudo o mundo-vivido, não se apresenta

necessariamente como um todo homogêneo ou como uma confusão constituída a partir de várias atividades individuais, mas sim que ele possui maior ou menor grau de ordem e compreensibilidade a partir do seu observador.

Por fim, os geógrafos humanistas assumem como objetivo em seus estudos, ou melhor, “(...) sua pretensão é de relacionar de uma maneira holística o homem e seu ambiente ou, mais genericamente o sujeito e o objeto, fazendo uma ciência fenomenológica que extraia das essências a sua matéria-prima” (HOLZER, 1997: 77).

A Geografia Humanista trouxe novas luzes e abriu novas possibilidades para a compreensão de se encontrar as respostas para a construção de valores e atitudes para se enfrentar os novos desafios que se instalam a cada momento. Os desafios atuais são: a crença infalível na ciência e na tecnologia; a coletividade baseada nos pressupostos insensíveis nas estruturas sociais; e erguer um edifício fundamentado na nova ética das relações humanas e ambientais. (OLIVEIRA, 2001: s.p.)

### **1.3 Paisagem e percepção: processos e relações interdependentes**

“(...) qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente dos nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes.”

(MEINIG, 2002: 35)

Embora seja fato que desde o início da história humana estes e as paisagens sejam inseparáveis como expressão de vivência, o termo paisagem começa a ser refletido somente a partir de pensadores como Aristóteles, quando a humanidade passa a perceber e questionar o fato de que sem formas o mundo não existe, passando assim, a conceber a Terra como um ambiente composto por elementos naturais e construídos.

Com os artistas (especialmente a partir do Renascimento, com exacerbação no Romantismo), o conceito de paisagem começa a sofrer um processo de definição e de análise tendo como interpretação essencial o conceito de que paisagem significava mais um modo de ver do que de agir, ou em outras palavras consolidava-se como uma realidade espaço-visual. (YÁZIGI, 2001)

Com o surgimento da fotografia, e principalmente do cinema, as paisagens passam a ser difundidas de forma mais ampla, gerando uma série de debates, tendo em vista que, passa-se a ter uma nova expressão que não é mais apenas estática, possui movimento relacionando história e imagem, associando assim aspectos que anteriormente eram presentes de forma dissociada na pintura e na literatura. (YÁZIGI, 2001)

Paralelo a este processo estava à geografia contrapondo-se ao subjetivismo exposto pelos artistas com uma preocupação científica de análise, tendo como pretensão a elaboração de conceitos generalizáveis. Mas deparava-se com uma grande dificuldade, pois a princípio não havia um reconhecimento da importância do fator cultural como modificador dos cenários.

Neste sentido, tem destaque na aplicação do termo paisagem como conceito geográfico Alexander Von Humboldt, que o introduz como definição central em seus estudos. Desde então a paisagem passa por uma série de transformações as quais seguem até a atualidade; de onde decorrem divergência quanto ao seu uso, mesmo na ciência geográfica, como analisa Holzer (1999).

Assim, uma reflexão que marca o processo de construção do pensamento geográfico reside no fato de que toda

(...) paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica. (SAUER, 1998: 23)

Esta reflexão realizada por Carl Sauer em 1925, constituiu assim um dos pilares para o estabelecimento e discussão em torno das culturas na Geografia,

sendo que a partir de então a paisagem é referenciada não mais apenas como uma cena contemplada por um observador, mas da percepção de diversas cenas individuais; ou seja, constata-se que toda paisagem possui individualidade e ao mesmo tempo relaciona-se com outras paisagens.

Neste sentido, tem destaque o fato de que

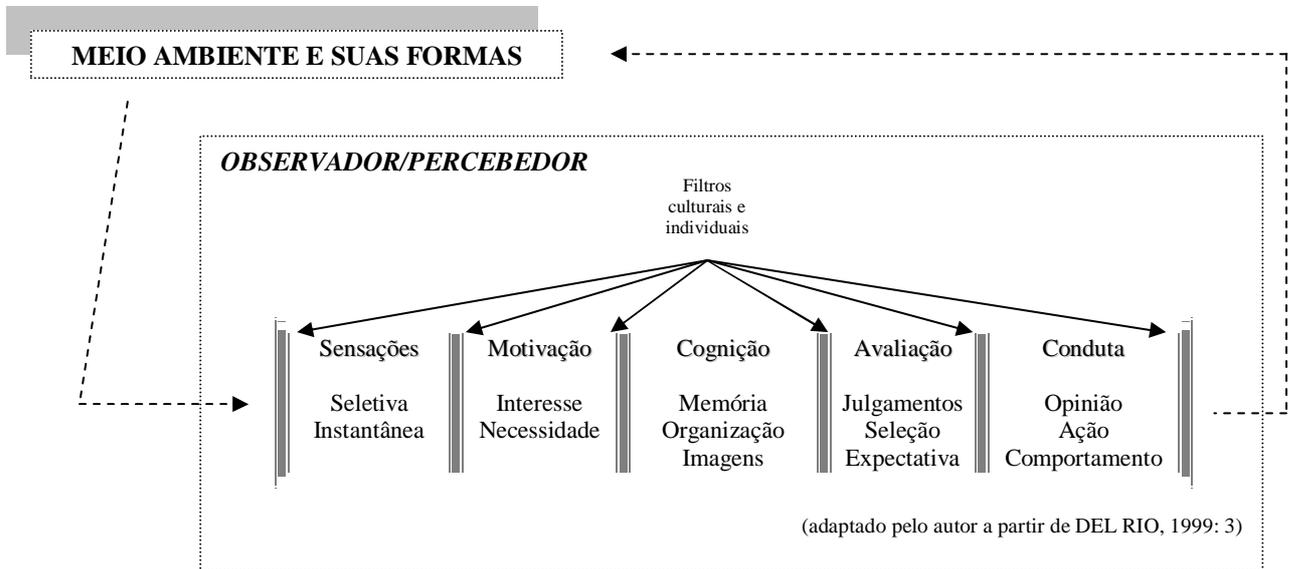
(...) cada percepção tende a ser seletiva, criativa, fugaz, inexata, generalizada, estereotipada e, justamente porque imprecisa, as impressões parcialmente heterogêneas sobre o mundo em geral sempre são mais convenientes do que os detalhes exatos a propósito de um pequeno segmento do mundo. (LOWENTHAL, 1982: 122).

Assim, cada visão do mundo é única, pois cada pessoa habita, escolhe e reage ao meio de diferentes maneiras, influenciadas pelos seus sentimentos, visões particulares, e, sobretudo contemplando as paisagens com suas imagens particulares, o que Tuan (1980) cita como um estender-se para o mundo.

Assim, considera-se a percepção como uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que ocorre através de mecanismos perceptivos (visão, audição, tato, olfato e paladar) e cognitivos (que envolvem a inteligência, incluindo como motivações humores, conhecimentos prévios, valores, expectativas). É, portanto, essencial para que se desenvolva uma maior compreensão das inter-relações entre o homem e o meio ambiente a partir das suas expectativas, julgamentos e condutas com relação tanto às paisagens naturais como também as construídas; faz emergir a qualidade de vida das populações, e a satisfação do indivíduo com o seu meio ambiente.

Com base nisto, Del Rio (1999) desenvolveu um esquema explicativo sobre o processo perceptivo aqui adaptado e exposto a seguir (Figura 01).

**Figura 01 - Esquema teórico do processo perceptivo**



Assim, para que se tenha uma compreensão da paisagem é fundamental o entendimento de que a sua dimensão é resultado da percepção que chega aos sentidos, onde a mesma se define como “o que nossa visão alcança (...) não sendo formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1997: 61), ou seja, não se pode falar de paisagem a não ser a partir de sua percepção.

(...) a paisagem se define como espaço ao alcance do olhar, mas também a disposição do corpo; ela se reveste de significados ligados a todos os comportamentos possíveis do sujeito. (...). O corpo torna-se o eixo de uma verdadeira organização semântica do espaço que tem por base oposições como: alto-baixo, direita-esquerda, frente-atrás, próximo-distante... (COLLOT, 1990: 27-28)

Outro princípio a se compreender no processo de percepção da paisagem reside no fato de que esta é marcada e representa processos de transformação cultural o que implica dizer que ela é uma representação da relação homem/natureza.

Um termo também importante no estudo geográfico da paisagem é a definição de topofilia, que representa os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente imbuídos de sentimentos como afetividade, confortabilidade, ...

Assim, Tuan definiu “(...) a paisagem a partir da ordenação de dois ângulos diversos de visão: a vertical, objetiva que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; a lateral, subjetiva que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou contemplação” (TUAN apud HOLZER, 1999: 158), colocando o Homem como figura-chave, indissociável do processo de reconhecimento desta.

Logo, conforme cita CABRAL (1999), ao se realizar um estudo reflexivo sobre a valorização da paisagem a partir de uma perspectiva humanista tem-se, indubitavelmente, que pensar além das formas que a compõem, dirigindo-se a atenção da pesquisa do visível para os fenômenos vividos na busca da compreensão da maneira pelas quais as pessoas partilham e se relacionam com esta paisagem.

## **2. FORMAÇÃO, APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS PAISAGENS: DA PRÉ-COLONIA À CIDADE DE JOINVILLE (SC)**

Ao elaborar este capítulo, procurou-se realizar uma reflexão sobre o fato de que Joinville, o Morro do Iririú, e o Parque Municipal Morro do Finder nele presente, são constituídos por sujeitos que possuem diferentes culturas, percepções e relações diferenciadas com as paisagens.

Com base nesta premissa, utiliza-se aqui o entendimento da cidade como mais do que um mero amontoado de serviços e conveniências tais como hospitais, escolas, ruas, edifícios e linhas elétricas; significa uma representação das condições humanas e das formas de utilização do meio ambiente às suas necessidades.

Neste sentido, este trabalho segue a idéia proposta por Park (1979: 26) que menciona a cidade como sendo

(...) um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Outro ponto fundamental sobre o qual se alicerçou este estudo está no entendimento de que “a geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem (...) sendo que (...) o conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e da cultura humana” (SAUER, 1998: 29).

Portanto, o objetivo deste capítulo é subsidiar o entendimento dos processos que resultaram na constituição das paisagens de Joinville, apresentando dados sobre a sua formação, as apropriações e percepções que geram o desenho urbano<sup>5</sup> do Município e, por fim, que geram, dentre outras, o estabelecimento de uma Unidade de Conservação como o Parque Municipal Morro do Finder.

Assim, o capítulo se divide em quatro partes: em um primeiro momento são apresentadas informações quanto à situação da área de estudos, destacando o município de Joinville e o Morro do Iririú; em seguida inicia-se uma contextualização histórica das transformações nas paisagens constituintes da cidade que se inicia com a formação da paisagem, seus primeiros usos e apropriação pelas sociedades pré-coloniais; no terceiro momento é apresentado o processo de ocupação das paisagens pelos imigrantes e as transformações ocorridas no início da Colônia Dona Francisca; encerrando, são apresentadas as transformações geradas pelos ciclos econômicos comercial e industrial, tendo assim apresentada a atual situação das paisagens de Joinville.

Sobre a configuração da seqüência destes sub-capítulos, a decisão pela apresentação do primeiro tema se deu com base no fato de que este vem a facilitar o entendimento e subsidia uma melhor noção espacial dos dados que seguem, os quais por sua vez adotam em seu desenvolvimento uma ordem cronológica.

## **2.1 Situando a área de estudo: Joinville e o Parque Municipal Morro do Finder**

Tendo como limites geográficos os paralelos 26°02'29" e 26°13'14" sul da Linha do Equador e meridianos 48°44'49" e 49°11'29" oeste de Greenwich (FIGURA 02, pg. 24), e uma população aproximada de 429 mil habitantes, caracterizando-se como a cidade mais populosa do estado, Joinville desponta como o maior município também em arrecadação, sendo o seu desenvolvimento sócio-econômico proveniente, principalmente, de atividades industriais que se consolidaram com base em uma série de fatores históricos e ambientais.

---

<sup>5</sup> "Campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas" (RIO, 1990: 54).

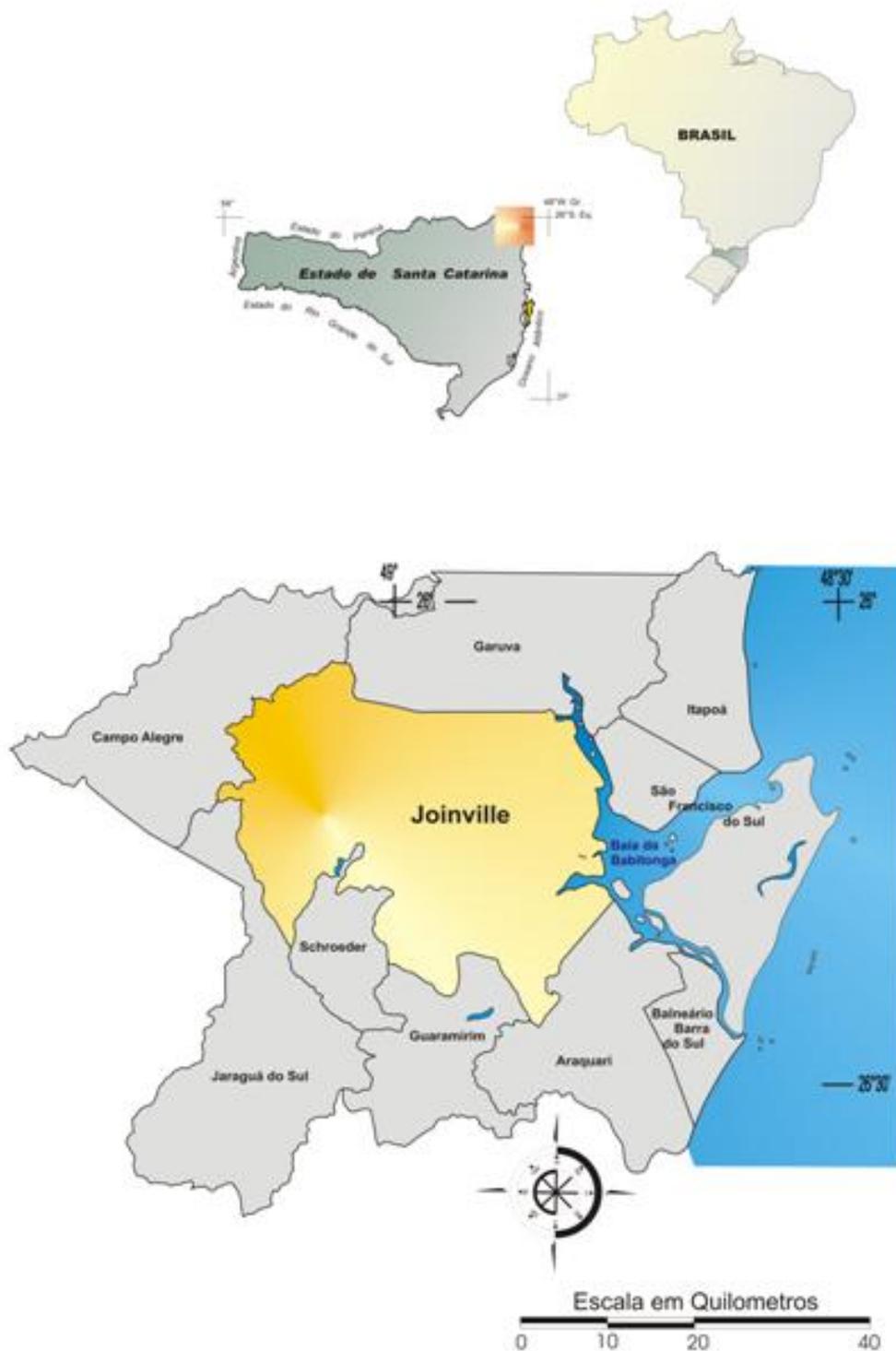
Neste sentido, o objetivo deste breve capítulo é apresentar aspectos relativos à localização e espacialização de elementos representativos da área de realização deste estudo, buscando por meio do mesmo, subsidiar um melhor entendimento dos processos envolvidos em sua formação, apropriação e as transformações sócio-econômico-ambientais.

### ***2.1.1 O Município de Joinville e o Parque Municipal Morro do Finder: localização e breve contextualização***

Localizado na região sul do Brasil, no nordeste do estado de Santa Catarina, o município de Joinville compõe-se de uma área de 1.079,72 Km<sup>2</sup>, sendo desta aproximadamente 480 Km<sup>2</sup> de áreas preservadas encontradas principalmente nas encostas da Serra do Mar, morros isolados e manguezal (FIGURA 02).

Com uma ocupação onde se tem delineado de forma distinta área urbana e área rural, a cidade tem em si consolidados aspectos que ressaltam a importância da morfologia de sua paisagem como fator limitante e ao mesmo tempo impulsionador para a realização de atividades relacionadas ao desenvolvimento industrial, comercial, rural e de moradia. (FIGURA 03)

**Figura 02 - Mapa de localização do município de Joinville**



Mapa de Localização do Município de Joinville.  
Fonte: Base Cartográfica do Mapa Político de Santa Catarina 1997 - SDE/Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística.  
Adaptado por Samir Alexandre Rocha

Figura 03 - Carta Imagem do Município de Joinville



Observando-se a carta imagem do município de Joinville alguns elementos representativos podem ser observados e devem ser destacados, sendo um primeiro destaque a Baía da Babitonga, via hidrológica que foi fundamental no início do município como eixo de ligação comercial com o Porto de São Francisco do Sul.

Saindo da baía, adentrando-se o olhar em direção a Planície Costeira observa-se uma área preservada de manguezal de aproximadamente 40 Km<sup>2</sup> sobre a qual há uma grande pressão por parte de pessoas com menor renda e empresas loteadoras.

Ainda na Planície Costeira só que na parte urbanizada, percebe-se uma área de ocupação mais recente, que foi intensificada principalmente a partir da década de 70 com a implantação de indústrias e do aumento populacional da cidade. Estas áreas, em geral originalmente alagadas em função do manguezal, de rios e córregos provenientes, dentre outros, dos dois principais morros isolados em meio à área urbana do município, foi palco da instalação de pessoas de mais baixa renda.

Como destaque na paisagem da cidade, o Morro do Boa Vista localizado mais ao sul, é uma área que teve grande importância ao longo da história relativa à questão do abastecimento de água e que hoje se destaca pela presença de antenas de transmissão de televisão, de um mirante e de um Parque Zoobotânico que, dado o registro do número de visitantes que o freqüentam, pode ser apontado como um dos principais espaços de lazer da cidade.

Outro morro isolado, ao norte, o Morro do Iriú constitui-se na área fundamental para esta pesquisa, e onde se encontra a Unidade de Conservação que se refere ao tema central deste estudo (FIGURA 04). O Morro do Iriú apesar de ser uma área com poucos estudos, apresenta grande importância para a cidade de Joinville.

**Figura 04 – Imagem da área urbana de Joinville com destaque aos morros do Iriú e Boa Vista**



Imagem obtida com o programa Google Earth, encontrado em <http://http://earth.google.com/>

Neste morro de ecossistema preservado encontra-se o Parque Municipal Morro do Finder, a terceira Unidade de Conservação criada no Município, mas a segunda efetivamente implantada.

Composto por uma área de 442.600 m<sup>2</sup>, altitudes que variam de 35 a 195 metros (FIGURA 05), o Parque, constituído por Floresta Atlântica tem como visibilidade o fato de ser um pedaço de retalho verde presente no cotidiano atual do meio urbano, processo este apresentado e discutido no capítulo a seguir.



## **2.2 Da formação à ocupação, uso e transformações das paisagens locais pelas sociedades pré-coloniais**

Localizada entre a Baía da Babitonga e contrafortes da porção sul da Serra do Mar, a Cidade de Joinville tem a morfologia de sua paisagem condicionada por processos de natureza física tais como o clima e os movimentos tectônicos sobre os diferentes tipos de rochas encontrados, fatores estes que acabaram por resultar em três feições geomorfológicas: escarpas da vertente atlântica e reverso do planalto da Serra do Mar, planície contendo colinas e morros isolados, e, por fim, o complexo lagunar-estuarino da Babitonga. (GONÇALVES & KAUL, 2002)

A planície, constituída basicamente de sedimentos de origem marinha e continental depositados nos últimos 10.000 anos, na qual se situa o Núcleo Urbano do Município, possui um relevo com cotas médias de 10 metros, chegando nas proximidades dos morros a até 30 metros de altitude. (FIGURA 06)

**Figura 06 - Perfil do Município de Joinville - Unidade Geomorfológica da Planície  
Realizado a partir da linha A-B apresentada na figura 04, página 27**



Material produzido a partir da Carta Topográfica, escala 1:50000 de Joinville, Brasília: IBGE, 1981.  
Construção: Samir Alexandre Rocha

Com relação às colinas e aos morros isolados, estes chegam a ter altitudes de até 225 metros e são resultantes de porções isoladas das escarpas serranas e formadas por rochas metamórficas do tipo quartzito e gnaisses. (GONÇALVES, 1993; GONÇALVES & KAUL, 2002)

Com uma geologia formada por materiais muito antigos, com as primeiras cristalizações de rochas a 2,7 bilhões de anos, de acordo com Gonçalves & Oliveira (2001), ou seja, em um período onde era limitado o número de tipos de seres vivos e não existia oxigênio na atmosfera; sob estas condições, camadas de ferro eram depositadas sobre a litosfera, dando início às conhecidas formações ferríferas, juntamente com outros materiais tais como sedimentos arenosos, que no caso da área estudada apresentam-se formando um alinhamento norte-sul, conforme os autores acima citados.

Os morros isolados obedecem a este alinhamento norte-sul, que de acordo com Gonçalves & Oliveira (2001) teria uma idade aproximada de 600 milhões de anos, resultado de uma sutura proveniente da colisão com um, até então, microcontinente, que hoje constitui o substrato continental de parte da Ilha de São Francisco do Sul e de parte do município de Itapoá. (GONÇALVES & OLIVEIRA, 2001)

A primeiras apropriações das paisagens do Município de Joinville datam de mais de 5.000 anos conforme Oliveira & Bandeira (2002) pela presença de pelo menos três povos distintos. De acordo com estes autores, o primeiro povo a ocupar esta área foi uma sociedade de origem ainda pouco conhecida e caracterizada como sambaquianos, seguidos há aproximadamente 1.150 anos atrás por grupos conhecidos como “Tradição Itararé”; por fim, a aproximadamente 450 anos antes do presente, os Guaranis. Cada um destes três grupos utilizava de forma particular o meio ambiente, transformado-o a partir de perfis culturais diferenciados.

Sobre a apropriação, relação e uso que os sambaquianos faziam da paisagem pouco se conhece. Sabe-se, todavia, que estes se caracterizavam como pescadores-coletores-caçadores que viviam na planície, próximos a desembocaduras de rios, lagoas e baías, mantendo assim uma intensa relação com

as paisagens e ecossistemas costeiros. Com uma alimentação baseada principalmente em moluscos, estes primeiros habitantes caracterizaram-se e levam este nome com base na designação dada a estruturas por eles inseridas nas paisagens constituídas principalmente de conchas; estas estruturas formam montes de diversas formas e tamanhos, ressaltados principalmente na forma de pequenas colinas, as quais eram utilizadas como local de acampamento, estabelecimento de aldeias ou ainda como espaço para realizações de cerimônias, como por exemplo, sepultamentos.

Fazendo sucessão a este grupo, a sociedade conhecida como Tradição Itararé tinha hábitos peculiares em relação aos sambaquianos como, por exemplo, o cultivo de determinadas plantas e a utilização de artefatos de barro cozido, o que lhes garantia uma produção diferenciada de utensílios e forma de preparo dos alimentos. (OLIVEIRA *et.al*, 2002)

Deste grupo vários conhecimentos foram transformados, porém continuaram de certa forma presentes no cotidiano do grupo denominado Tradição Tupi-guarani. Atualmente conhecidos simplesmente por Guaranis, estes tinham como características principais um melhor domínio do cultivo de plantas, especialmente o milho e o aipim, o uso da cerâmica dando-lhe formas, dimensões e decorações diferenciadas, além de utilizarem o barro queimado no feitiço de urnas funerárias.

Sobre o período pré-colonial há de se ressaltar que sua característica principal situa-se em torno das transformações e apropriações da paisagem para subsistência, sendo que entre os vários indícios e marcas destes grupos, destacam-se ferramentas e armas que eram, em geral, constituídas de madeira, rochas moldadas e afiadas a partir do atrito com outras rochas ou conjuntos rochosos, marcados nas paisagens pelas oficinas líticas. (FOTO 01)

**Foto 01 – Oficina lítica utilizada por populações pré-coloniais para afiação de ferramentas**



Foto: Mônica Lopes Gonçalves em setembro de 2003

### **2.3 O dote que virou “lote”: o início da Colônia Dona Francisca**

Na busca do entendimento da estruturação do que viria a ser a Colônia Dona Francisca, Santana (1998) propõe a necessidade de um retrocesso histórico à primeira década do século XIX onde, no contexto europeu, o Brasil era visto como um mercado passível de exploração, sobretudo por dois países: Alemanha e Inglaterra.

O processo de vislumbramento das terras que iriam compor a atual Cidade de Joinville tem início no ano de 1843, quando o Imperador do Brasil, D. Pedro II, em conformidade à legislação da época, cede um dote, dando ao Príncipe François Ferdinand Phillippe (Filho de Louis Phillippe I, Rei da França) em virtude do seu casamento com a Princesa Francisca Carolina, uma quantia de dinheiro e uma

porção de terras de aproximadamente 25 léguas quadradas, situadas na Província de Santa Catarina, próximas à Ilha de São Francisco do Sul, sob indicação do Presidente da Província Antero José Ferreira de Brito em 1845. (FICKER, 1965; SANTANA, 1998)

Sobre o processo de delimitação das terras, Ternes (1984) destaca a figura de Jerônimo Coelho que ao iniciar a demarcação encontrou em sua área sesmarias, fazendas e caminhos contando estas “propriedades” com escravos. Nos relatos deste processo ressalta-se o fato de que as terras possuíam boas quantidades de madeiras e minerais e que, além disso, com a ocupação desta área, São Francisco do Sul também poderia vir a prosperar.

Ainda sobre esta questão, dentre os relatos apresentados por Ternes (1984: 74), destaca-se a apresentação de um relatório escrito pelo general de campo Antero José Ferreira de Brito aonde este escreve:

São estas terras, diz a [...] falla devolutas, ricas de madeira, e segundo opiniões tão bem de minerais. (...) Se com [...] effeito forem povoadas, [...] sahirá o [...] istricto de São Francisco do letargo, em que se acha por falta de braços, e poderá em breve vir a ser o primeiro da Província, onde há o melhor porto para grandes navios, sendo que nas proximidades das terras de que [...] fallo, podem ter as futuras colônias vários outros portos.

Embora seja ressaltado já nos primeiros discursos um apelo à exploração extrativista e a ocupação das terras, não houve a princípio um real interesse em investir-se na área dotal, sendo que isto só ocorre posteriormente por uma série de fatores políticos exógenos.

Neste caso, foi fundamental o fato da industrialização crescente na Europa, que provocou mudanças tanto sociais quanto econômicas que repercutiram, entre outros: no enfraquecimento das estruturas feudais, no deslocamento da mão-de-obra camponesa servil para as cidades, na urbanização acelerada e na degradação da qualidade de vida nas cidades européias, no surgimento de movimentos revolucionários. Na França estes fatos desencadearam na queda do Rei Louis Phillipe I, com conseqüente falência financeira da família real, que acabou por se exilar na Inglaterra.

Neste contexto as terras dotais tornam-se foco de interesse enquanto fonte para obtenção de recursos financeiros o que gerou a “união do útil ao agradável”: a Família Real Francesa lucraria sobre suas terras dotais no Brasil, os alemães desenvolveriam vínculos comerciais e ao mesmo tempo diminuiria o problema de excedente populacional nas suas cidades; e para D. Pedro II, a colonização representaria a ocupação de mais um espaço ocioso no sul do país.

A imigração, para o governo brasileiro parecia à salvação: resolveria o problema da mão-de-obra na lavoura, promoveria o “embranquecimento” e também poderia, se bem planejada, propiciar a ocupação das grandes áreas despovoadas (...). (GUEDES, 1998: 14)

Em 1849, o Príncipe François Ferdinand, juntamente com o comerciante Adolph Schramm (banqueiro com contatos e um escritório localizado no Brasil), em decorrência do não fechamento de acordo com governantes europeus, formam uma empresa colonizadora, iniciando em 1850, paralelamente ao processo de venda de lotes, atividades de implantação de algumas infra-estruturas básicas tais como abrigos e estradas. Estas transformações de acordo com definições propostas por Corrêa (1991), fornecem o princípio de uma produção do espaço urbano, ou seja, de um fenômeno social decorrente do processo de organização da sociedade materializada por meio da transformação da paisagem natural primitiva em estruturas de uso ou de atendimento às necessidades humanas.

As expectativas envolvidas e vividas pelos imigrantes que viriam à Colônia Dona Francisca residia em aspectos tais como: clima, onde se ressaltava que não haveria a necessidade de se realizar nenhum tipo de estocagem de reserva de alimentos; proximidade com o mar e, em especial, com o Porto da São Francisco do Sul, o que facilitaria a troca de produtos locais com a velha pátria; e a possibilidade de desenvolvimento de comércio com os planaltos de Curitiba e Lages.

Em 1851, ano aceito como oficial pela maior parte da historiografia joinvilense como de fundação da Colônia, chegaram à “Terra da Promissão”, após uma viagem em barco de carga adaptado, os primeiros imigrantes. Estes logo se decepcionaram com a paisagem uma vez que a mesma não correspondia ao exposto em

propagandas que tinham como imagem de fundo em panfletos vilas rurais bem estruturadas com dizeres como “Paraíso tropical em desenvolvimento”.

Sobre a propaganda elaborada na época incentivando a vinda de novos imigrantes e dando a noção de que as terras da colônia seriam um local pronto para o estabelecimento e desenvolvimento das famílias que buscavam melhores oportunidades, é interessante a figura de Theodor Rodowics-Oswiecimski, um migrante militar prussiano, que chegou a Joinville em setembro de 1851, retornou a sua terra pátria em junho de 1852 e lançou lá em 1853<sup>6</sup> um livro com o relato de sua experiência na então Colônia Dona Francisca, apontando percepções sobre as condições de vida e a administração da área.

Este autor assim se manifesta em relação à vinda de imigrantes:

Ouçam a opinião de alemães sinceros ou, ao menos, de americanos imparciais. E por favor, não sigam atrás de pseudo-amigos que procuram enfeitar com cores postiças a vida na América ou Austrália. Se vós pudésseis pesquisar, chegaríeis à conclusão de que a maioria deles conhece o assunto somente de oitiva, por ouvir falar ou são agentes camuflados que querem ganhar uma comissão as vossas costas. (...). Fique na Pátria e alimente-se da melhor forma possível. (RODOWICS-OSWIECIMSKI, 1992: 10)

Além de apontar dois responsáveis principais pelas fraudes na divulgação de informações, o autor procura ressaltar as imagens que se tinha das promissoras terras com “desenhos e róseos textos”, os quais tinham como fonte principal de divulgação o jornal de circulação na Europa “Leipziger Illustrierte”, dando destaque às imagens de um porto de desembarque que nunca existiu, além de casas, dentre as quais a Casa do Imigrante, com terrenos limpos e jardins floridos (FOTO 02).

**Foto 02 – Imagem lançada em anúncios publicitários que divulgavam as Terras da então Colônia Dona Francisca como um local bom para se viver**



Fonte: Ficker, 1969: sp

Na verdade, o que ocorreu sim foi que o imigrante se deparou com uma paisagem bem diferente do que esperava em que a maior partes das terras adquiridas eram compostas por banhados e manguezais, sujeitas a constantes enchentes, sendo o único ponto positivo na região a proximidade da Colônia com São Francisco do Sul. Cheios de decepção eles ficaram pasmos diante de uma instalação que se resumia a apenas uma clareira de 200 por 1.000 metros em meio à floresta e lodo, e alguns poucos ranchos cobertos de sapé e pequenas plantações de milho, mandioca e batata doce, como ressalta Guedes (1998: 26)

Os imigrantes que chegaram no século XIX à Colônia Dona Francisca depararam-se com uma realidade completamente diferente daquela idealizada nos lindos folhetos de propaganda apresentados na Europa. À nostalgia somava-se a decepção. O paraíso estava muito longe da Colônia Dona Francisca! (...) Ao invés de uma vila, com casas ajardinadas e lojas para suprimento de instrumentos de trabalho e alimentos, encontraram um local desabitado, formado por grande manguezal e terrenos alagadiços e que, em sua grande maioria, impossibilitavam o plantio. O desmatamento e aterramento eram necessários, e, talvez, a única maneira de tornar habitável a maior parte das terras da princesa.

<sup>6</sup> Traduzido e relançado no Brasil em 1992.

A presença de insetos era um dos principais problemas na Colônia. Os imigrantes acostumados a rigorosos invernos não tinham em seus países nem os mesmos insetos nem em tão grandes quantidades como aqueles da paisagem de Joinville, e que representavam perigo como transmissores de doenças tais como febres e malária.

As dificuldades impostas, principalmente pelo “meio físico”, acabaram por dar outra forma ao planejamento da organização das propriedades. O centro urbano da colônia foi deslocado e os condicionantes naturais e sociais limitaram a expansão agrícola; os agricultores buscaram terras mais propícias ao plantio o que gerou a ampliação da área proposta para ser inicialmente ocupada e proporcionou com o passar de alguns anos o progresso de um importante estabelecimento econômico local, o entreposto comercial.

As modificações que a paisagem sofria foram constatadas e relatadas por Avé-Lallemant em 1858.

...Naturalmente foi abandonada a margem do riacho Cachoeira e o atual lugarejo de Joinville foi retirado para mais longe, ficando ligado ao ponto de embarque em uma estrada carroçável. (...) O que se vê em Joinville está em começo. Canta o machado à esquerda e à direita e penetra no tronco das grandes árvores da mata. Um estalido ligeiro, quase imperceptível, adverte o diligente trabalhador. Mais um golpe e estrala o tronco e crepita forte e com violento ruído lentamente se precipita ao solo, de modo que o homem, se prudente, sempre tem tempo de recuar para não ser ferido pelo tronco que desaba. (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 191-192)

A presença dos índios e o medo que os mesmos causavam nos que vinham da Europa, era uma questão fortemente pontuada em relatos de viagem e nas angústias dos imigrantes ainda nos navios.

Os homens sussurravam coisas, até que se descobriu o motivo. Algum brincalhão havia inventado que nas imediações da Colônia haviam aparecido índios. Muitos passageiros, naquela noite talvez não tivessem podido dormir. (RODOWICS-OSWIECIMSKI, 1992: 24)

Em meados do ano de 1852, foram iniciadas explorações em meio à mata para a realização da abertura de caminhos e preparação das primeiras áreas para plantio, destacando-se, neste sentido, a abertura do que se tornaria a Estrada Dona Francisca. Concomitantemente surgem os primeiros grupos de tiro que tinham como finalidade o treino de tiro ao alvo com o objetivo de combater os índios que habitavam a região e proteger as obras de abertura e apropriação de caminhos.

Na paisagem presente neste momento histórico, as marcas do processo de apropriação e ocupação eram as choupanas compondo um pequeno núcleo de onde partiam caminhos que levavam a áreas de plantio localizadas principalmente a oeste, com uma segregação espacial por nacionalidade. Residindo neste núcleo plantavam em minifúndios, a grande maioria produzindo para subsistência, principalmente cana, milho, arroz, feijão e hortaliças.

Sobre as construções das choupanas, Rodowics-Oswiecimski (1992) faz uma descrição bastante detalhada sobre as mesmas, em que destaca como eram edificadas as primeiras casas “populares”, precursoras daquelas em estilo enxaimel:

Para a construção de uma casa comum, plantam-se 4 palanques conforme o desenho A que, à flor da terra, tinham a grossura de 18 polegadas e, um pouco acima, afinadas. Esta forma era para encaixar os travessões. Iguais palanques enterravam-se onde deveriam existir portas e, mais um ao centro, de cada lado, mais altos, os quais serviriam à cumieira. Um pouco acima do solo, procediam-se entalhes para o encaixe de vigotes atravessados, que suportariam o assoalho. (...). Em verdade, não eram usados pregos nestas construções, a não ser mesmo, para eventuais dobradiças de portas e janelas. (...) Depois, para a cobertura, se faziam esteiras. Nas ripas obtidas de palmeiros, são amarradas folhas dos mesmos ou outra vegetação denominada ‘sapé’ (...). Depois de se firmar as dobradiças das janelas, vai-se ao feitiço da parede. Novamente se faz ripas de palmeiros, que amarrados aos vigotes e vigas, nos dois sentidos, formam verdadeiras grades com vãos de 6 polegadas. Sobre estas paredes, joga-se, simultaneamente, por dentro e por fora, barro amassado até o ponto certo, para depois de alisado e seco, ser pintado à cal. (RODOWICS-OSWIECIMSKI, 1992: 39-41)

Estas moradias viriam a transformar-se em um curto espaço de tempo, pois em função da grande procura, desenvolvem-se as primeiras olarias fornecendo telhas e tijolos para as novas edificações (FOTO 03).

**Foto 03 – Foto de uma casa em estilo enxaimel localizada na área rural de Joinville – propriedade de Arthur Liermann**



**Foto: Samir Alexandre Rocha, julho de 2002**

Quanto aos meios de transporte, marcavam a paisagem neste período pequenas canoas e barcos além de alguns cavalos que garantiam velocidade em transportes de pequenas distâncias e ainda auxiliavam no deslocamento de toras para a construção das casas; poucos anos depois estes seriam a força motriz para o deslocamento das famílias por meio de carroças o que tornaria comum a presença de estruturas para se amarrar os cavalos ou ainda para se deixar as carroças próximas a comércios.

## **2.4 Ciclos Comerciais Joinvilenses - da Colônia à cidade industrial**

O ano de 1853 marca o início de uma nova fase de ocupação da paisagem e transformação de Joinville, o que se deve, essencialmente a um caminho que serviria de eixo de ligação para troca de produtos. Em 1856 foram aprovados os primeiros investimentos para a sua abertura definitiva e ampliação, sendo concluída em 1888 com o nome de Estrada Imperial Dona Francisca.

Para se ter idéia da expressão e importância que este eixo de ligação entre o planalto e o litoral tomaria, os carroceiros responsáveis pelos deslocamentos de mercadorias que se utilizavam deste caminho fundaram em 1897 o seu sindicato que, de acordo com KORMANN (1989) era inicialmente composto por novecentos membros.

Neste período duas atividades tomam grande destaque: uma primeira baseada no transporte e comércio de erva-mate e madeira advinda do planalto, a qual era encaminhada ao Porto de São Francisco do Sul, e a fabricação e distribuição da cal. Secundário a estas atividades mercantis haviam empreendimentos ligados a materiais e serviços relacionados à infra-estrutura, estabelecimentos artesanais (cervejarias, curtumes, ...).

Com este desenvolvimento econômico oriundo principalmente a partir do mate e da madeira surgem necessidades relacionadas diretamente ao transporte, armazenamento e distribuição destes produtos como, por exemplo, no feitiço de rodas para carroças, arreios para os cavalos, ferraduras, estruturas de madeira, veterinários; há uma ampliação na construção civil com destaque para as edificações de obras destinadas a estocagem, secagem e empacotamento da erva-mate, pois na época esta era guardada e exportada em barris de madeira.

A produção da cal, obtida a partir da queima das conchas que compunham os sambaquis da região, foi uma das mais importantes atividades econômicas do Município de Joinville, tendo um importante papel na estruturação urbana da região. Ainda com relação a esta exploração há que se destacar o fato de que estes sítios acabaram sendo também intensamente utilizados no aterramento de lotes e vias. A

este respeito um relato interessante é realizado em 1905 pelo jornalista Crispim Mira ao jornal “A Gazeta de Joinville” onde cita que no início do Século XX:

As casas são destacadas umas das outras, em meio de bem zelados jardins que as contornam. As ruas são largas macadamizadas, e dizendo são brancas como pedaços de praia, se escusa fallar do asseio dellas. (CRISPIM MIRA apud TERNES, 1993: 122)

Ainda sobre o uso do material proveniente de sambaquis no aterramento das vias, em 1903, o então Superintendente do Município, Procópio Gomes de Oliveira destaca sua pretensão em uniformizar as ruas com este tipo de macadame, sendo para isso necessários recursos como um cilindro para compressão do material e regadores para que este forme a argamassa branca.

Este período é marcado pela presença das primeiras edificações com características exclusivamente industriais, pelos transportes feitos em carroções puxados por até 8 cavalos, pelos barcos de maior porte circulando pelo Rio Cachoeira e pelas empresas familiares. (FOTO 04)

**Foto 04 - Porto de Joinville no ano de 1905, em frente à empresa A. Batista Cia. Ltda. que trabalhava com erva-mate**



**Foto: Livro Joinville a cidade dos príncipes, das flores e da dança, 2004**

Ainda em relação ao início do Século XX, a população, que somava pouco mais de 15 mil habitantes em que 3 mil residiam na área central, tem outra transformação significativa nas suas paisagens cotidianas, que é o surgimento da iluminação pública. Em 1902 realizou-se a distribuição de 66 lampiões a querosene pelas ruas principais do núcleo da cidade em virtude de uma suposta garantia de segurança, mas, principalmente, tendo em vista que a área central tornava-se um local de importância, prestígio e concentração de famílias com melhores condições econômicas.

A cidade anteriormente portadora de um pequeno núcleo que tinha finalidade mais administrativa, passa a ter constituído um espaço onde se desenvolvem práticas comerciais, alfandegárias e ainda industriais.

Outras estruturas marcantes nas paisagens daquele período eram os muros de arrimo e as pontes de madeira que, cada vez mais numerosas, proporcionavam o desenvolvimento de áreas anteriormente tidas como inviáveis para a instalação de moradias devido ao isolamento gerado pelas travessias de rios.

O início do abastecimento de água, da cobrança pelo uso da mesma e das taxas de moradia, foram outros aspectos marcantes deste período. Neste período na área urbana a principal fonte de abastecimento era o manancial do Morro do Boa Vista, o que perdurou até a década de 1960.

Assim, a paisagem tem o Morro do Boa Vista como integrante no cotidiano urbano e na vida das pessoas e o Morro do Iririú segue com uma imagem que dá desenho e forma, representando um segundo plano no núcleo central da cidade.

No início do século surge na cidade os primeiros carros e pelas estradas que passavam faziam com que as pessoas se escondessem em meio ao mato ou corresse para dentro de suas casas. (FOTO 05)

**Foto 05 – Primeiro carro a circular em Joinville**



Fonte: Veterancar, 2005

Outro meio de transporte que marca este período é o bonde, que funcionava como meio de transporte público no centro da cidade, e o trem, que ligava Joinville a São Francisco do Sul e ao Planalto Catarinense, passando pelas cidades de Hansa (atual Corupá), São Bento do Sul e Rio Negrinho.

Ainda neste período surgem na cidade a energia elétrica, o cinema, o telefone e as primeiras bicicletas.

A partir da Primeira Guerra Mundial a economia e o desenvolvimento urbano de Joinville passam a ter um novo processo de transformação iniciando uma intensificação e dinamização do setor industrial resultado do fato de que praticamente todos os produtos consumidos na cidade até então eram importados, provenientes principalmente a Alemanha. Assim,

aos poucos Joinville, cuja riqueza inicial foi a erva-mate e a madeira, foi se transformando no maior centro industrial catarinense e antes de 1920 já possuía mais de 43 estabelecimentos, o maior numerário em réis e mão de obra aplicados neste setor. (COSTA, 1998: 109)

Este processo, produzido principalmente pela escassez de determinados produtos, gerou o surgimento de pequenas indústrias e o início de expansão de outras já existentes, incitando mudanças significativas na estrutura social da Joinville. Com a chegada de novos migrantes na década de 1920, famílias que viviam na cidade há mais tempo fomentaram a criação de uma legislação que previa uma proposta de desconcentração da cidade, estabelecendo urbanizações em áreas periféricas que fornecia, como incentivo às famílias que fossem para estes novos espaços, isenção de impostos. E tem início a estratificação social.

(...) com o início da industrialização em Joinville, em meio ao processo de migração, a cidade começou a expandir-se horizontalmente, mas a situação da moradia era controlada. Havia lugar para todos. E o poder público municipal mantinha absoluto controle sobre as ações dos diversos setores da sociedade. (NIEHUES, 1993: 17)

Com base na necessidade de deslocamento de trabalhadores, em 1926, a partir de uma readaptação de um caminhão transformado por um padeiro local, foram introduzidos na carroceria bancos de madeira para os possíveis passageiros.

Mas o uso do ônibus para o transporte de passageiros trazia muitas dificuldades, como o fato do combustível vir em latas a partir do porto de São Francisco do Sul, escassez de peças para manutenção, e estradas ruins. (FOTO 06)

**Foto 06 - Foto do segundo ônibus construído e que circulou em Joinville**



Foto: Fotógrafo desconhecido. Foto encontrado em Ternes (2005).

Com a Segunda Guerra Mundial a cidade consolida sua base econômica na indústria, com algumas empresas de médio e grande porte inseridas no contexto econômico nacional e em determinadas áreas internacionais, intensificando assim o processo de transformação social com o aumento da heterogeneidade cultural e conseqüentemente na produção do espaço urbano e modificação da paisagem, resultado da vinda de novos moradores em busca de trabalho. (NIEHUES, 1993)

Nos anos 50 destacava-se como componente da estrutura urbana do município e dava formas à paisagem de Joinville uma área central constituída por um espaço essencialmente comercial, em torno do qual se concentrava grande parte das indústrias e para o qual era intenso o deslocamento de pessoas tendo em vista se constituir no principal local de concentração de emprego. Neste ano Joinville contava com uma população de 42.095 habitantes, 23.740 na área central, incluindo os bairros: Itaum e Guanabara na zona sul; Glória a oeste; e, de forma menos desenvolvida Boa Vista e Iriú a leste. A cidade era constituída por 534 estabelecimentos comerciais, 325 estabelecimentos industriais; a água, devido à perda de qualidade dos mananciais nas áreas próximas ao centro, passa a ser

captada nas encostas da Serra do Mar, em local onde se criou a primeira Reserva Florestal do Município com vista à proteção do manancial. (JOINVILLE, 1951)

Com relação à perda de qualidade dos rios, os resíduos gerados por toda a população, tanto em relação ao produzido nas residências como pelas indústrias, eram diretamente lançados no Rio Cachoeira que apresentava uma perda de qualidade que aumentava com a urbanização da cidade. (GONÇALVES *et. al.*, 2004)

Sobre a arquitetura deste período correspondente ao Centenário do Município, a cidade é destacada por ser constituída por áreas residenciais periféricas ao centro, composta por casas individuais com grandes jardins, distanciadas tanto da vizinhança como das vias de acesso como relata Keller (1951).

No livro Centenário de Joinville, são destacados por suas belezas, desenho e forma que dão à cidade os morros do Boa Vista, na parte central, e Morro do Iririú, periférico ao centro no sentido norte; a Serra do Salto, na divisa entre Joinville e Massaranduba (Guaramirim); a Serra do Mar, no limite entre Joinville e Campo Alegre; e, o Morro da Tromba, no distrito de Pirabeiraba, próximo às encostas da Serra do Mar.

Na década de 60, com o crescimento das indústrias e o surgimento de novas empresas, torna-se evidente a necessidade de uma nova estruturação do espaço urbano, que já representava a cidade com maior população do Estado de Santa Catarina. Em 1965, com base em incentivo concedido pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), órgão de administração federal responsável pelas políticas urbanas, ocorre o primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano do Município que tinha por característica principal a estruturação da ocupação do solo ao longo de um eixo linear norte-sul. (SANTANA, 1998; SGANZERLA, 2001; THOMAZI, 2001)

Como a indústria continuava seu processo de ampliação, gerou um aumento cada vez maior de pessoas circulando no centro da cidade, tornando mais intenso o trânsito na área, em 1973 os projetos de urbanização planejam a implantação de uma área de uso exclusivo: o Distrito Industrial de Joinville. Este fato resultou na constituição de dois núcleos: um primeiro na região central do município como forma

de consolidação e controle das indústrias já instaladas, e um segundo na parte norte da cidade em uma área de baixa ocupação.

Outros aspectos importantes definidos neste plano relacionam-se à delimitação e localização do Campus Universitário, de áreas de produção agrícola, e de novos eixos com a proposição de vias perimetrais com o objetivo de desenvolver a parte leste da área urbana existente.

Este período de busca por uma estruturação e melhor organização da área urbana, marca também o início de uma fase economicamente importante em que várias empresas localizadas em Joinville recebem incentivos econômicos do governo, principalmente no período chamado “milagre econômico brasileiro”.

Várias indústrias se consolidaram neste período: a Fundação Tupy, que se tornaria a maior empresa de fundição de ferro da América Latina; a Companhia Hansen Industrial que a partir de 1950 começara a fabricar tubos e conexões de plástico (constituindo após a marca Tubos e Conexões Tigre); e a Indústria de Refrigeração Cônsul, criada em 1950. Todas estas indústrias têm marcante crescimento a partir da década de 70.

Outra marca da década de 1970 refere-se ao ritmo de crescimento da população, que embora já fosse significativa desde o início do século XX, atinge taxas que superaram em mais de 100% às verificadas no país.

A grande oferta de emprego gerou êxodo rural na região e a vinda de imigrantes de várias cidades, especialmente do Paraná. Este aumento populacional desproporcional ocasionou a ocupação, dentre outras áreas, do sopé dos morros centrais da cidade, até então desabitados pelas maiores dificuldades de construção em função da declividade, da rocha e do solo presentes.

Assim, as indústrias contribuíram sobremaneira no desenho urbano do município. O grande destaque é a Fundação Tupy principalmente no que tange à ocupação do setor leste da área urbana inicial, que em 1960 como assinala Niehues (1993), compra grande quantia de terras pertencentes à marinha, aterrando-a, e desenvolvendo o plantio de “pinus” para diminuir a umidade do solo (área de manguezal), e por fim ali se instala. (FOTO 07)

**Foto 07 – Primeiro prédio da Fundação Tupy em 1940, no centro da cidade; e instalações da Tupy, com destaque a escola técnica na parte Leste de Joinville**



Foto: Fundação Tupy, encontrado em <http://www.tupy.com.br>

Distante 6 quilômetros do centro, o local era quase inteiramente inabitado. Apenas uma meia dúzia de casas, isoladamente fincadas aqui e acolá, representavam a ‘civilização joinvilense’ no terreno, onde se chega através de um caminho apenas carroçável. (TERNES apud SANTANA, 1998: 62)

Outro fator essencial relacionado à contribuição da “Tupy” no processo de crescimento populacional da cidade relaciona-se ao fato de que esta empresa elaborou campanhas publicitárias para atração de mão-de-obra, com veículos que percorriam as cidades apresentando anúncios por meio de megafones, folhetos distribuídos para os seus funcionários com a chamada “Trabalhe entre amigos e traga um amigo”, dentre outros. (NIEHUES, 1993)

A vinda destes imigrantes se associa à geração de problemas relacionados à ocupação das novas áreas, uma vez que a saída para alguns era a implantação de moradias no entorno da Empresa Tupy, principalmente em áreas de manguezal.

Na década de 70 a paisagem que compunha a parte leste do município, em especial das áreas mais a norte, era representada por picadas e um número

reduzido de residências, onde os moradores possuíam grandes quantidades de terras constituídas nas baixadas por manguezal e nas áreas mais altas por densa mata, que em alguns setores havia sido derrubada para a realização de plantio de cultivos tais como cana-de-açúcar, batata doce, mandioca, milho, feijão, café, frutas, arroz, batata, além de criações de galinhas, porcos e vacas para consumo familiar. Os moradores praticavam pesca no mar e nos rios da região, havendo registros de que na época podiam ser encontrados o tamanduá-bandeira, o jacaré, e o bugio.

O abastecimento de água desta área era precário, realizado a partir de calhas feitas com troncos de Embaúba cortados ao meio e a água era proveniente de nascentes do Morro do Iriú, principalmente das encontradas na sua parte centro-sul onde atualmente localiza-se o Parque Municipal Morro do Finder.

A ocupação efetiva da encosta leste do Morro do Iriú, foi impulsionada pela instalação da Metalúrgica Duque S.A., em meados de 1970 no extremo norte do atual Bairro Iriú, na época quase sem nenhum tipo de ocupação. Segundo Finder (comunicação pessoal, 2005), que na época se destacou como vereador responsável pela captação da indústria para aquela área específica, havia um interesse das pessoas que lá residiam na instalação da metalúrgica como forma de atrair pessoas para fixarem moradia e assim conseguir maior atenção do poder público. Para tanto, ele ressalta que para chamar à atenção das pessoas e demonstrar que o Bairro Iriú era bom para se viver, a comunidade realizava várias festas e bailes que duravam até o dia amanhecer e que contava com moradores locais como músicos, dentre os quais ele próprio.

Outro fator gerador de ocupação para as áreas de entorno do Morro do Iriú, a oeste, no Bairro Bom Retiro, foi à instalação da Faculdade de Economia em 1965; esta se consolidou e atualmente é a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, que impulsionou a ocupação da área através dos dois eixos para o seu acesso.

Assim, em duas décadas, a área anteriormente composta por manguezal, foi ocupada no sentido norte-sul numa extensão de aproximados 20 quilômetros.

Em verdade, neste período, meados da década de 60 até meados da década de 80, marca o real surgimento e consolidação deste setor da cidade, mais do que

divisores de águas, os morros do Boa Vista e Iriú eram considerados compartimentadores do núcleo central da Cidade, sendo apontados como marcos de isolamento socioeconômico.

Separam a 'cidade do lado de cá' (área central e sua vizinhança imediata), aquela conhecida pelo seu traço germânico e apresentado nos cartões postais, da 'cidade do lado de lá' (Boa Vista, Iriú e Aventureiro) a cidade operária. (SANTANA, 1998: 41)

Na década de 1980, período econômico no país o qual se tem uma severa recessão, Joinville passa por vários problemas que são marcados por concordatas de algumas empresas, o que gerou o aumento de favelização e ocupação dos morros e das áreas de manguezal, chamando a atenção de algumas instituições como o Grupo de Defesa dos Direitos Humanos. São importantes os movimentos para um controle e implantação de infra-estrutura mínima para a garantia de sobrevivência das pessoas, como investimentos em saneamento básico e regularização das áreas ocupadas, como ressalta Niehues (1993). (FOTO 08)

**Foto 08 – Área de ocupação irregular na periferia do município de Joinville**



**Foto: Jornal A Notícia, foto do início da década de 1990**

A recessão, que se caracterizou como a grande questão urbanística da década no Município, no princípio poucas atitudes foram efetivamente tomadas, com constantes discussões entre poder público e a comunidade, tendo em vista que à medida que a Prefeitura Municipal criava aterros e outras infra-estruturas urbanas novas famílias chegavam. Neste sentido, muitos foram os conflitos entre “moradores” e polícia.

Com relação a esta questão percebe-se uma grande descontinuidade política frente ao problema o que pode ser exemplificado pela análise dos trabalhos realizados pelo poder público. Em 1981 iniciam-se na Prefeitura Municipal as discussões que em 1984 são apresentadas sob a forma de proposta no “Programa de Urbanização das Áreas de Mangue Ocupadas”, e de Decreto Municipal em 1985 prevendo a regularização dos loteamentos. Em 1987 estes trabalhos são reformulados e reapresentados em um Plano de Estruturação Urbana. Em 1989 sob direção de um novo prefeito, a execução do projeto de urbanização das áreas de manguezal novamente é paralisado, e posteriormente retomado. (NIEHUES, 1993)

A regularização dos lotes era feita por meio de aforamentos, em que os moradores assinavam contratos de posse do terreno, comprometendo-se a pagar uma taxa mensal referente a este, sendo vetada a venda para terceiros sem a aprovação pela Prefeitura. (NIEHUES, 1993; SANTANA, 1998)

Há de se ressaltar que entre a parte já estruturada e estas novas áreas em produção é clara a presença de espaços vazios (em sua maioria privados), os quais com a instalação das novas infra-estruturas, adquirem valorização.

A área central na década de 90 passa por alterações significativas: a transferência de indústrias do centro da cidade cede espaço ainda maior para uso comercial, característico desde o início da Colônia, mas agora principalmente para shopping center’s; os bairros Boa Vista, Iriirú e Aventureiro consolidam-se como áreas financeiramente valorizadas para o uso residencial, tornando-se um espaço típico de moradia para pessoas da classe média de Joinville.

Ainda neste período outros sérios problemas somam-se aos já existentes como a falta de espaços de lazer e integração comunitária, fato que já era criticado desde o ano de 1950 (JOINVILLE, 1951) e que persiste até os dias atuais. Isto é

fundamental para o entendimento do processo que leva a criação de Parques Municipais como Unidades de Conservação, e representando futuras áreas de lazer, recreação e integração de acordo com os moldes de “Parques Urbanos”.

Nesta perspectiva é criado, em 1992 o Parque Municipal Morro do Finder, que a partir de um gerenciamento pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville – FUNDEMA – soma-se à Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, na Serra do Mar Joinvilense, como as duas paisagens naturais protegidas não somente criadas por decreto, mas realmente utilizadas como tais.

Todas estas transformações nos levam a atual configuração do município de Joinville e evidenciam o Parque Municipal Morro do Finder e a paisagem que o compõem como algo que não é súbito, mas sim presente em todo o contexto histórico de construção da cidade.

### **3. PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER: DA CRIAÇÃO AO FUNCIONAMENTO**

Localizado na parte centro-sul do Morro do Iririú tem como via de acesso a rua Antônio Haritisch, lateral da rua Piratuba, o Parque Municipal Morro do Finder é reconhecido como uma relevante área de importância natural de Joinville.

Com uma altitude que varia entre 35 e 195 metros, a área tem ressaltada a sua preservação através do plano diretor e de legislação municipal. A Lei Orgânica do Município, por exemplo, institui na cidade que as áreas acima da cota 40 são de preservação ambiental além do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Joinville que as definem como um Setor Especial de Área Verde.

Setor Especial de Área Verde (SE5) - compreende as áreas que pela sua situação e atributos naturais devam ser preservadas e/ou requeiram um regime de ocupação espacialmente adaptado a cada caso, podendo constituir reservas biológicas, áreas residenciais de ocupação restrita, áreas de lazer, complexos turísticos, recreação e turismo. (IPPUJ, 2002)

Com relação a sua história, a área de 442.600 m<sup>2</sup> (44,26 ha.) que compõe o Parque, pertenceu anteriormente a Amandos Finder e foi adquirida pela Prefeitura Municipal no ano de 1986, com o objetivo específico de criação da “Reserva de Palmiteiros”. No entanto, esse projeto não foi implantado e a idéia não se estabeleceu. Conta Finder (comunicação pessoal, 2005) que a sua história com este espaço teve início em 1971, quando adquiriu aquela “porção de terra” de quatro sócios que não davam muito valor à mesma. As primeiras atividades realizadas após a compra do local, foram a abertura de trilhas e caminhos nas picadas já existentes, feitas por moradores da região com a finalidade de buscar água, acessar o outro lado do morro ou apreciar a vista panorâmica.

A partir de uma via de acesso caracterizada com uma extensão do final da rua Antônio Haritisch ligando esta à "Pedra do Veloso" (ponto culminante da área), foi construído na metade deste caminho, um galpão com banheiros e churrasqueira onde eram realizadas festas, missas, etc. Comentários citam que estas atitudes tinham outros interesses, pois Amandos Finder via a possibilidade de que as terras

do entorno, algumas das quais estavam sendo loteadas pelo mesmo, tivessem através desta área natural um importante espaço de lazer local; ou seja, uma valorização imobiliária associada com a questão da qualidade de vida.

Em entrevista com Amandos Finder este apenas mencionou que a área, denominada por ele “Parque Bela Vista”, era muito boa para a comunidade, como um local constantemente freqüentado, além dos habitantes do entorno, por escoteiros e escolas que levavam alunos praticamente três vezes ao mês para elaborar estudos e aulas de campo fazendo com que as crianças aprendessem a cuidar mais das árvores e dos animais.

No tocante às benfeitorias realizadas na área por Amandos Finder, um dos responsáveis pela atual fiscalização do parque (**comunicação pessoal, 2005**) cita que pessoas dos Bairros Bom Retiro e Iririú reconhecem e se recordam da presença de pessoas contratadas para cuidar da área, inclusive famílias de outras cidades.

Outra questão presente nas falas dos moradores locais, dos técnicos que trabalharam na criação do parque e dos responsáveis pela atual gestão e manutenção da área, refere-se ao fato de que - embora houvesse na área uma pequena plantação de bananas, anterior a criação da Unidade de Conservação – havia um administrador preocupado com a preservação e manutenção dos atributos naturais lá encontrados, com diversas placas colocadas pelo mesmo com dizeres como “cuide da vegetação”. (FOTO 09)

Foto 09 – Uma das antigas placas colocadas por Amandos Finder



Foto: Samir Alexandre Rocha em maio de 2005

(...) me lembro de alguém que teve a idéia de preservar isso aqui, Amandos Finder, ele é um cidadão que todo joinvilense de 30, 40 anos atrás conhecia nesse morro aqui, de botas e preservando o palmito, preservando a natureza numa briga tremenda com todos (...). **(Morador do bairro Bom Retiro, comunicação pessoal, 2002)**

Entre os fatores que motivaram a compra da área pela Prefeitura Municipal de Joinville, transformando-a em espaço público, merece destaque o fato de que em meados de 1985, técnicos profissionais de turismo de São Paulo foram contratados pelo poder público para que fossem levantados dados referentes aos pontos e atrativos turísticos da cidade. Eles visitaram vários locais como o Morro do Boa Vista, e o Morro do Iririú, citando este como uma excelente área para se investir em turismo, aguçando assim o interesse para a sua aquisição. **(Armandos Finder, comunicação pessoal, 2005)**

Este interesse da Prefeitura Municipal de Joinville resultou na compra da área em 1986 sem nenhum tipo de restrição por parte de Amandos Finder, pois ele havia sofrido um acidente no qual quase perdeu uma das pernas o que lhe fez imaginar que ficaria difícil continuar fazendo a manutenção na área. Um dos fatores

apontados por ele, como essencial para a venda da área para a prefeitura, é que acreditava na possibilidade de que esta estaria disposta a investir mais dinheiro e pessoal, mantendo as características para as quais o local vinha servindo.

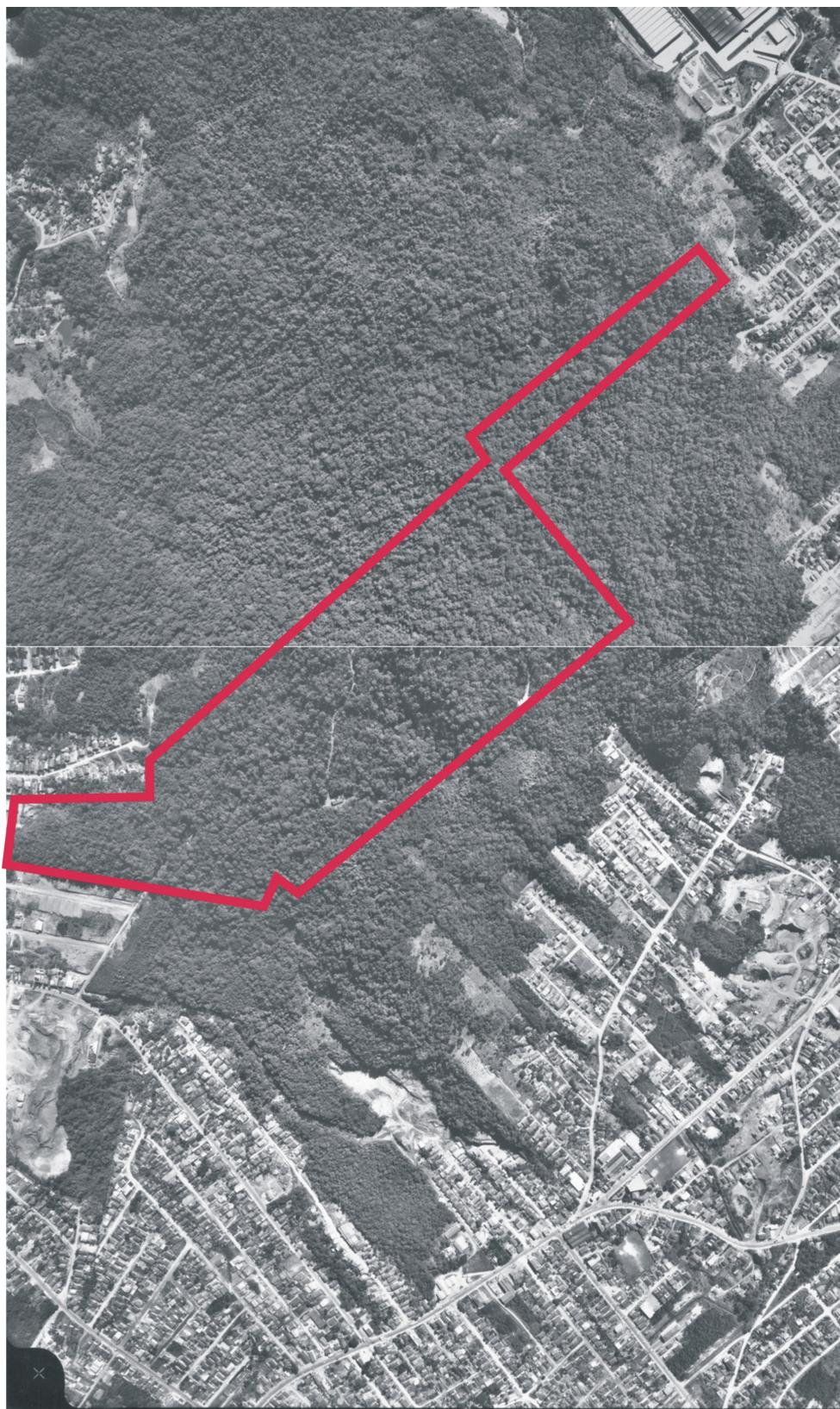
A partir do ato da compra, em 1986, e com a mudança de prefeito, vereadores e técnicos meses após, a mesma passou por um período de “abandono” sendo realizado apenas um estudo de análise de viabilidade para a instalação de um empreendimento turístico privado no qual seria instalado um teleférico que ligaria o Morro do Iririú ao Morro do Boa Vista, o qual se mostrou inexequível.

A área ficou totalmente abandonada, o palmito que eu plantei foi todo cortado, a área ficou totalmente abandonada... se você olhar hoje não têm mais o palmito que tinha naquela época (...) quando era meu eu cuidava e não deixava ninguém mexer em nada, nem nos palmitos, nem nas árvores, nem nos pássaros, nos bichos, nos macacos (...). **(Amandos Finder, comunicação pessoal, 2005)**

Na década de 90 surgem importantes questões relativas a discussões sobre a questão ambiental no município. A Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) é criada em 1990, por meio da Lei Municipal nº 2.419 de 27 de julho e regulamentada pelo Decreto nº 6.419 de 16 de outubro do mesmo ano. Foi instituída como um órgão vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, tendo como uma de suas finalidades identificar, implantar e administrar Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ecológicos, e estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas.

Em 1991 a Fundação Municipal do Meio Ambiente inicia a realização de estudos na antiga área de Amandos Finder, especialmente no tocante a aspectos relacionados à topografia, fauna e flora, visando o planejamento de criação e implantação de um parque de lazer. (FOTO 10)

**Foto 10 - Foto aérea com a identificação dos limites da Unidade de Conservação Parque Municipal Morro do Finder**



Fonte: JOINVILLE, 1986.

Segundo o técnico Sérgio Diniz (*comunicação pessoal, 2002*), que foi responsável na época pelo projeto de criação do parque, a principal razão para realização de estudos para a criação do parque baseava-se na carência de áreas de lazer, e a proposta dos governantes da época era se estabelecer um parque urbano que poderia ser comparado a áreas que na época já estavam bem estruturadas como, por exemplo, o Parque Barigüi, em Curitiba.

Porém, o que ocorreu foi que os técnicos responsáveis pela pesquisa ao considerarem a área como preservada, propuseram que além de proporcionar atividades de lazer a mesma deveria também assumir um papel fundamental para a preservação da natureza, ou seja, uma área de lazer voltada também à preservação e educação.

Assim, a preocupação central do projeto foi utilizar a área de maneira a preservar a Floresta Atlântica e ao mesmo tempo proporcionar educação ambiental, mostrando para as pessoas o que é a Floresta Atlântica, os diversos estratos de vegetação, as espécies vegetais e os animais presentes.

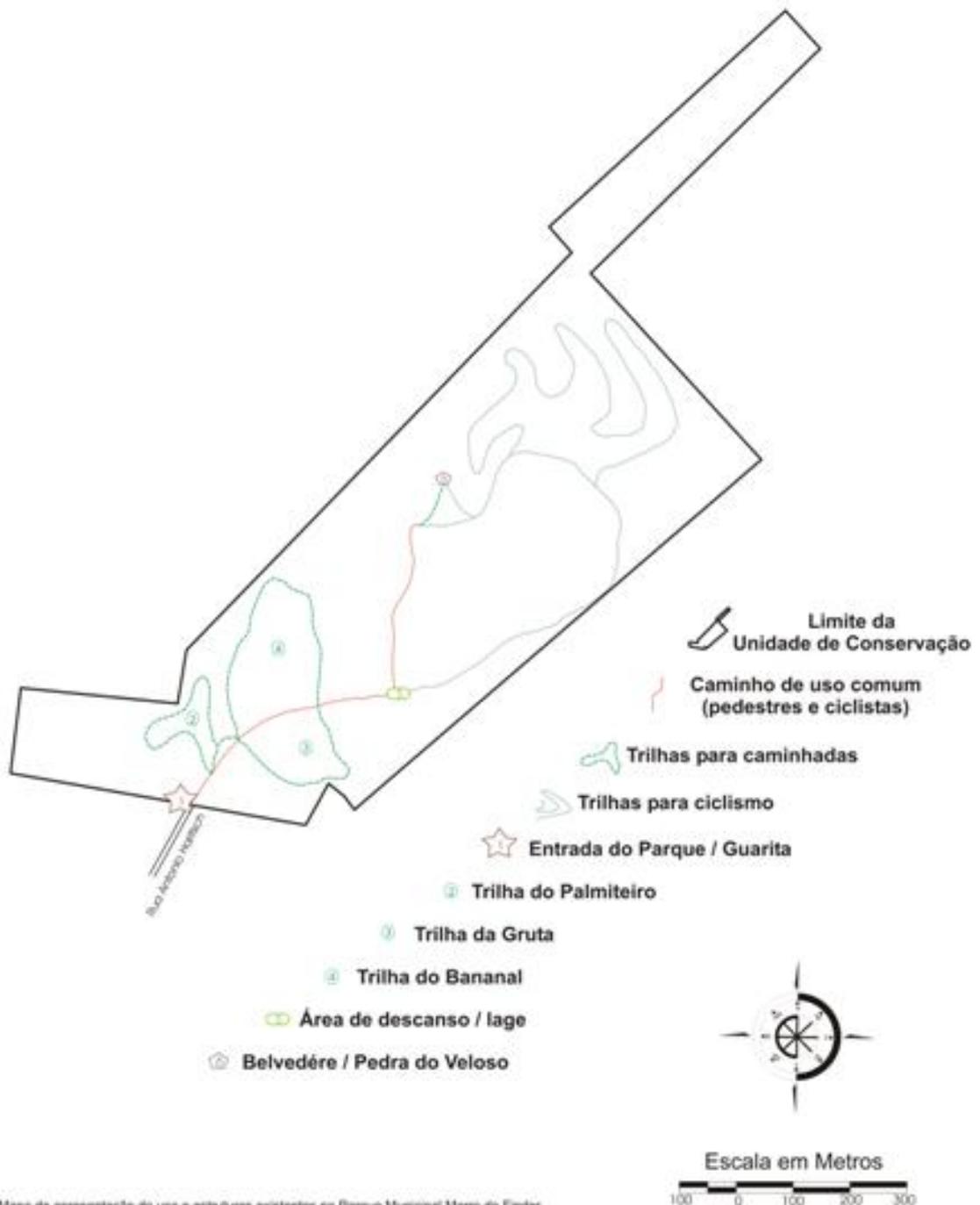
O objetivo era preservar a área e transmitir consciência à população, principalmente para a população circunvizinha da importância de preservar aquela área que servia também como um refúgio para a fauna local porque a cidade foi crescendo em volta do morro e os animais só tinham o morro como refúgio; então eles acabaram se concentrando ali. Então é importante se passar principalmente para essa população vizinha que eles têm que preservar aquilo, não ficar entrando ali e matando os animais ou cortando as árvores, que logo ia acabar tudo, não sobrando nada. (*Sérgio Diniz, comunicação pessoal, 2002*)

Em 1992, uma equipe técnica da Fundação, em parceria com profissionais do Instituto de Planejamento Urbano de Joinville entregou o projeto, que foi apreciado e gerou a criação, por meio do Decreto nº 7.056/93, do primeiro parque destinado à preservação, conservação e educação ambiental da Cidade de Joinville, o Parque Municipal Morro do Finder.

Assim, no processo de implantação da nova Unidade de Conservação muito do que havia anteriormente na área foi aproveitado, sendo construídas apenas algumas novas infra-estruturas de apoio dentre as quais um portão de acesso

dotado de uma guarita que tem anexo uma estrutura de sanitários e bebedouro, um estacionamento, placas de sinalização e sensibilização, e belvédere no local denominado Pedra do Veloso. Foram ainda realizadas manutenções e classificações das trilhas ficando as mais íngremes destinadas para ciclismo e as mais brandas para caminhadas. (FIGURA 07)

**Figura 07 - Mapa com a delimitação e estruturas existentes no Parque Municipal Morro do Finder**



Mapa de apresentação do uso e estruturas existentes no Parque Municipal Morro do Finder.  
Fonte: Mapa das trilhas do Parque Municipal Morro do Finder, elaborado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville.  
Adaptado por Samir Alexandre Rocha

Sobre os trabalhos para implementação das trilhas da Unidade de Conservação, Diniz (2002) relata que foram feitos estudos a partir de um levantamento com planta, levantamento fotogramétrico, sempre procurando seguir as curvas de nível, gerando-se assim uma classificação das mesmas com a finalidade de deixar as trilhas mais suaves, com uma inclinação máxima de 6% para caminhadas.

Dentre as principais dificuldades da Prefeitura e da FUNDEMA em relação à administração do Parque ressalta-se a presença de conflitos entre estes, e da Fundação com a comunidade; diversos habitantes da área de entorno da Unidade de Conservação destacam o fato de que a comunidade imaginava o Parque como uma grande área de lazer com churrasqueiras, quadras e campos de esportes, o que não ocorreu.

(...) na época a população tinha muito a idéia de que quando se falava em um parque na cidade, eles imaginavam algo plano com trilhas / pistas, para o pessoal andar de bicicleta, levar cachorro passear, essas coisas a nível Barigüi, Parque do Ibirapuera, só que a nossa topografia é diferente o que nós tínhamos ali era extremamente um relevo acidentado; então era algo mesmo a ser preservado, algo rústico; então eles chegavam ali e davam de cara com outra coisa. Alguns gostavam, outros achavam interessante, outros se decepcionavam, pois esperavam algo com churrasqueira, com "play ground" para as crianças ficarem brincando e na verdade era um parque de preservação. (DINIZ, comunicação pessoal, 2002)

Outra dificuldade ressaltada pelos técnicos em relação à implantação do Parque Municipal Morro do Finder foi a questão financeira, pois o poder público não dispunha de dinheiro para manter a área, assim como prosseguir o andamento do projeto implantando, que entre outras estruturas contaria com um centro de Educação Ambiental. Vale ressaltar que boa parte do dinheiro utilizado na construção das estruturas anteriormente citadas foi captado com a iniciativa privada por meio de duas empresas sendo uma de televisão (Rede Brasil Sul de Televisão – RBS TV) e outra de construção civil (Terraço Construtora).

Outro fator que é ressaltado como um problema no processo de gestão é a falta de trabalhos de pesquisas realizados nesta Unidade de Conservação, sendo efetivados apenas levantamentos de dados primários relativos à flora da área e

monografias de trabalhos de conclusão de curso em número muito escasso, relacionados também, principalmente, à observação de aspectos da fauna e flora.

São destacados como estudos sobre o Parque monografias sobre: pteridófitas, realizado por Michelle Dominoni; sobre as orquidáceas, realizado por Enio Juliano Prestini; sobre a avifauna, realizado por Cristiani Harger Flores; turismo e planejamento, realizado por Samir Alexandre Rocha; e um estudo preliminar sobre o estrato arbóreo, realizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente, da bióloga Maria Cristina Moreira da Silva. (DOMINONI, 1999; PRESTINI, 2000; FLORES, 2001; ROCHA, 2004; SILVA, 1995)

No tocante a composição arbórea do parque, ao longo das trilhas, cita-se que a “Trilha do Bananal”, possui árvores de porte médio e alto, diferenciando-se em relação à “Trilha da Gruta”, onde o “componente arbóreo é mais denso, com menor incidência de luz solar”, sendo uma área que possui uma camada muito significativa de serrapilheira (camada de folhas e galhos sobre o solo) e onde a vegetação arbustiva predomina o caeté (*Calathea sp*) e árvores como a embaúba” (DOMINONI, 1999). A mesma autora menciona que pode ser observado e comprovado “*in loco*”, de que “a maioria dos troncos das árvores possui briófitas (musgos), fungos, líquens (associação de algas com fungos) e bromélias caracterizando um ambiente úmido” (DOMINONI, op. cit: 23).

Em relação especificamente às pteridófitas, Dominoni (op. cit) cita o fato de o parque possui diversos microambientes, tornando propícia a colonização de vários tipos de pteridófitas. Em suas observações, as famílias com o maior número de espécies observadas foram as Blechnaceae, Pteridaceae, Dryopteridaceae, Thelypteridaceae, Cyatheaceae e Dennstaedtiaceae.

No estudo realizado por Prestini (2000), o autor relata a presença de 24 (vinte e quatro) gêneros e 40 (quarenta) espécies de orquidáceas no parque. Menciona ainda que ocorreu certa dificuldade na observação de determinadas espécies que se encontravam na copa de árvores mais altas, características de [...] “vegetação nativa”. Cita ainda, que no setor sudeste do parque, a área é mais preservada com uma vegetação mais densa.

No estudo relativo ao levantamento preliminar da avifauna do parque, foram avistadas por Flores (2001) 74 espécies de aves que se agrupam em 22 famílias, dentre as quais “(...) a ocorrência de espécies que estão na lista de animais ameaçados de extinção do IBAMA, dentre elas o gavião-pombo-grande (*Leucopternis polionota*), o jucuaçu (*Penelope obscura*) e o picapau-de-cara-canelada (*Dryocopus galeatus*)” (FLORES, op. cit: 15). A ave que teve maior número de observações foi da espécie capitão-de-saíra (*Attila rufus*), que pertence à família Tyrannidae, aparecendo em 80 % das avistagens. Outras espécies bastante observadas foram o tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolourus*), espécie da família Ramphastidae, e o tié-preto (*Tachyphonus coranatus*).

No tocante às espécies arbóreas foram listadas 29 (vinte e nove) espécies, dentre as quais a Bicuíba (*Virola oleifera*), Cauvi (*Newtonia glaziovii*), Cambucá (*Eugenia leptocada*), Guapuruvu (*Schizolubium parayba*), Jacatirão de Joinville, Flor-de-Quaresma, ou Quaresmeira (*Tibouchina mutabilis*), Peroba vermelha (*Apidosperma olivaceum*), Palmiteiro (*Euterpe edulis*), Embaúva ou Embaúba (*Cecropia adenopus*), Cedro ou cedro-rosa (*Cedrela fissilis*). (FLORES, op. cit)

Discutindo a questão da exploração e uso turístico na Unidade, Rocha (2004), destacou o parque pela sua importância como opção de lazer local, mencionando que, dentre outras coisas, faltam estudos que resultem em um plano de manejo para a área, o qual preveja aspectos como investimentos prioritários e infra-estrutura a ser introduzida no local para assim torná-lo turístico.

Rocha (op. cit), creditou a área como um local de lazer local destacando que, para que a Unidade de Conservação se tornasse efetivamente um espaço turístico políticas específicas deveriam ser adotadas e divergências entre os responsáveis pelo Parque e pelo planejamento do turismo no município deveriam ser melhor discutidas.

Outra crítica ressaltada por ROCHA (2004) diz respeito à falta de pesquisas científicas sobre o local. Vale destacar que a primeira pesquisa realizada sobre a Unidade de Conservação é apresentada somente em 1999, 6 anos após sua criação. Sendo totalmente impossível ser efetivado, com base nos estudos

realizados até o presente momento, um plano de manejo para uma Unidade de Conservação que vem tendo um uso constante desde a sua criação.

Contudo, com base nas informações existentes, ressalta a importância do Parque Municipal Morro do Finder pela relevância dos seus atributos naturais e o fato de que a comunidade nunca foi realmente ouvida em torno de questões que envolvem a gestão do parque.

Será o parque entendido como algo importante para a comunidade que habita a sua área de entorno? Será ela valorizada apenas por possuir atributos faunísticos e florísticos? Estas são questões importantes não apenas para se compreender as relações e dar oportunidade ao discurso da comunidade, mas, sobretudo entender esta unidade como integrante de um contexto social e não em termos de dicotomia natural/construído, urbanizado/preservado.

#### **4. PARQUE MUNICIPAL MORRO DO FINDER – AS DISTINTAS VALORIZAÇÕES DA PAISAGEM**

(...) se desejamos saber como as pessoas se sentem – qual sua experiência interior, o que se lembram, como são suas emoções e os seus motivos, quais as razões para agir como fazem – por que não perguntar a elas?

(SELLTIES apud MACHADO, 1998: 185)

Ao propor nesta pesquisa questões relativas à valorização, muito se pode discutir sobre a amplitude deste tema, tendo em vista principalmente os diferentes significados que se pode atribuir ao mesmo. As definições de valorização mais comuns são aquelas que se relacionam ao sentido econômico de valor, o que todavia não é o enfoque desta pesquisa.

Aqui o termo valor é utilizado nos moldes defendidos por Tuan (1980), da importância, ou seja, das considerações dadas sobre determinada coisa, como uma qualidade pela qual esta é estimável em maior ou menor grau, relacionando para isto, aspectos de como as pessoas conhecem, constroem e definem sua realidade.

Ao se pensar a valorização da paisagem, desenvolve-se, portanto, questões relacionadas à aceitação de sua existência e ao mesmo tempo da subjetividade por ela representada como fonte de conhecimento, ressaltando-se uma valorização por parte das pessoas que com ela tem algum tipo de relação.

O presente capítulo, resultado da análise dos discursos dos sujeitos entrevistados, apresenta o Parque Municipal Morro do Finder não apenas como mais uma Unidade de Conservação institucionalizada, mas procura evidenciar a área como uma paisagem natural protegida por instrumentos legais que, além de características morfológicas e históricas próprias, desperta diferentes sentidos, significados e, por fim valores, em quem com ele se relaciona.

Para apresentar esta análise, foi realizada uma categorização onde, por meio da percepção de idéias-chave componentes dos discursos dos entrevistados foram definidas diferentes valorizações para o Parque Municipal Morro do Finder, com

base em procedimentos indicados por diferentes autores, dentre os quais, Cabral (1999), Meinig (2002), Machado (1998) e Bley (1990).

#### **4.1 A valorização estética da paisagem**

Tuan (1980) cita que uma das primeiras noções que temos acerca da paisagem remete ao ato em que os indivíduos fixam seus olhos em um dado cenário; este processo revela, dentre outros de aspectos estéticos, sentidos no contato repentino como um fragmento da realidade que destoa sobre um dado ambiente, ou ainda, por meio de elementos histórico-culturais e geográficos que se apresentam, ou por meio deles são lembrados, sendo destacável neste processo justaposições como, escuridão e claridade; aconchego e grandiosidade.

Para este mesmo autor, “o despertar profundo para a beleza ambiental normalmente acontece como uma revelação repentina” onde “(...) as cenas simples e mesmo as pouco atrativas podem revelar aspectos que antes passavam despercebidos (...)”. (TUAN, 1980: 110)

Ao focar o Parque Municipal Morro do Finder como campo observação / contemplação, tem-se a noção de que esta categoria de valor é representada pela constituição de formas apresentadas ao olhar em meio a um cenário composto por diferentes elementos moldados, a partir de aspectos físicos e sociais os quais podem ser vistos a partir da Unidade de Conservação, ou seja, tendo esta paisagem natural protegida como componente de um cenário, ou ainda como ponto de vista a partir do qual observa-se outros espaços.

Neste sentido, alguns aspectos referentes a esta questão já foram evidenciados ao longo deste trabalho; no entanto, na análise destacam-se outros,

mencionados por diferentes pessoas que ressaltaram pontos relacionados à construção e aparência da paisagem natural protegida em meio à área urbana.

A formação estrutural da área do Parque Municipal Morro do Finder, menciona a trilha da gruta como sendo um local especial pelo fato de que “(...) uma experiência interessante é levar um imã e verificar os materiais magnéticos sendo atraídos, magneticamente, pelo imã”. (GONÇALVES *et. al*, 2004: 39) Ainda para estes autores, é destacado que se nós observarmos as rochas estas tem uma feição escura, sendo as mesmas muito antigas, com cerca de 2,7 bilhões de anos, denominadas gnaisses e outras bem mais claras denominadas quartzitos; este último, por ser mais resistente, é responsável pela forma do morro.

Nos discursos dos entrevistados acerca do Parque Municipal Morro do Finder é constatada a influência que o mesmo tem na cidade e alguns efeitos que gera em consequência em que o observa.

Diferentemente de Curitiba o que se vê quando se chega no centro da cidade e, em especial nesta nossa região, é um morro verde em meio às casas o que dá um tom diferente e bem mais bonito à cidade, deixando o dia-a-dia da gente bem mais agradável. **(Morador do bairro Iririú)**

O parque nos proporciona uma sensação muito boa onde eu vou lá para ver que a natureza ali ainda está preservada. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

É um lugar maravilhoso, sem preparação e fôlego pode ser cansativo subir, mas, ao chegar no topo a vista paga qualquer cansaço. **(Visitante)**

Esta valorização do Parque como paisagem como estética, é reforçada também por um dos gestores da área que relaciona a beleza do local e a vista da cidade que ele proporciona e a observação das novas construções de alto-padrão edificadas na via de acesso. (FOTO 11)

O lugar aqui é muito privilegiado; a vista daqui para a cidade e a vista das pessoas em direção ao morro é muito bonito. Todo mundo fala. Um reflexo disso são as casas que estão construindo aqui para baixo, todas bonitas, com material de primeira (...). **(Gestor)**

Analisando-se esta questão destaca-se que está ocorrendo um processo em que as pessoas que estão ocupando as áreas de entorno do Parque Municipal Morro do Finder são de maior poder aquisitivo, diferentemente daquelas da década de 1980, que não tinham condições financeiras de se instalar em áreas com melhor infra-estrutura. Atualmente as que estão aí se fixando constituem um grupo de pessoas que procuram o lugar a partir da sua valorização como campo de observação e contemplação.

**Foto 11 – Foto da rua de acesso ao Parque Municipal Morro do Finder com destaque para as novas residências**



**Foto: Samir Alexandre Rocha, dezembro de 2005.**

## **4.2 A valorização utilitária da paisagem**

Valor utilitário da paisagem implica, como salienta Bley (1999), na sua valorização atrelada à representação dos diversos tipos de satisfação das necessidades humanas que a mesma através de si ou de fenômenos ela relacionados possibilita.

Ao desenvolver-se a discussão sobre o Parque Municipal Morro do Finder como área possuidora de valores de uso há de se ter claro que existem questões relacionadas direta e indiretamente à Unidade de Conservação, sendo importante destacar que, como mencionado na introdução deste trabalho, podem ser desenvolvidos nestes espaços a prática de pesquisa científica, educação ambiental e lazer, incluindo neste o turismo.

### ***4.2.1 A utilidade para a Pesquisa Científica***

Segundo Demo (1997), define-se pesquisa científica como toda atividade baseada no ato de descobrir e de criar por meio do diálogo fundamentado na visão de que teoria e prática não funcionam separadamente. Pesquisar é verificar hipóteses chegando-se a um resultado positivo ou negativo do que se espera.

Neste sentido, a pesquisa deve ser entendida como fundamental no processo de construção de novos conhecimentos e metodologias de trabalho que contribuam para a ampliação de idéias e de conhecimentos.

Logo, tomando estes preceitos e os relatos apresentados pelas diferentes entrevistados, evidenciam-se vários aspectos relacionados e este tema no Parque Municipal Morro do Finder, sendo destacado entre eles, o fato de que muitos

indivíduos desconhecem a existência da prática de pesquisas na área; outros ressaltam a importância da existência de mais trabalhos no local; e, por fim, há aqueles que mencionam a falta de estrutura para o desenvolvimento das mesmas.

Poderia ser usado como centro de pesquisas, acho que isso beneficiaria as pessoas que moram aqui ao redor com informação e ia educá-los melhor para ajudarem a preservar o parque. O problema é que do jeito que está, abandonado e sem nenhum tipo de estrutura, é muito difícil alguém se interessar. **(Moradora do bairro Bom Retiro)**

Outros discursos ressaltam a falta de divulgação das pesquisas já realizadas sobre a Unidade de Conservação, destacando a falta de disponibilização das mesmas no local.

(...) também deve estar sendo utilizado para pesquisa, mas eu não vejo nada exposto. Acho que deveriam ter pelo menos uma cópia, umas placas ou alguma coisa assim, para a gente ver. (Visitante de outra cidade que veio para Joinville a estudo)

Esta questão é também mencionada por moradores da área de entorno da Unidade de Conservação que citam o fato de que

(...) o Parque é mais utilizado para lazer, mas acho que poderia ser mais utilizado na área de pesquisas". **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Tomando por base o discurso dos gestores responsáveis pela administração da Unidade de Conservação, estes admitem a falta de estrutura e incentivo para a realização de pesquisas assumindo esta questão como deficitária. Destacam ainda a importância de ter mais atividades e que acadêmicos e professores, deveriam se interessar mais pela área que está à disposição de todos.

Nossa parte nós fazemos. Praticamente todas as faculdades têm convênio com a FUNDEMA, e nós sempre recebemos estagiários que fazem faculdade. Eu só acho que ainda falta um pouco mais incentivo para quem faz as pesquisas e que a estrutura tem que ser melhorada. **(Gestor)**

É importante assinalar o fato de que, embora as faculdades tenham convênios com a Fundação Municipal do Meio Ambiente, enviando estagiários para o local, poucos são os que tem interesse em pesquisa. Este fato pode ser atribuído a diversos fatores, tais como, a falta de pesquisas de campo nos cursos superiores, a pouca valorização de espaços locais como o Parque Municipal Morro do Finder como área de estudo, e, por fim, o pouco interesse de acadêmicos quanto a estas possibilidades.

#### **4.2.2 A utilidade para a Educação Ambiental**

Outro uso é a prática da educação ambiental, que, segundo Oliveira (2000), consiste em atividades que tem como objetivo o desenvolvimento social de uma sensibilização e entendimento humano, relativos à complexidade presente nas relações existentes no meio natural, e entre este e as atividades das pessoas.

Neste sentido, várias foram as referências à educação ambiental, sendo evidenciadas respostas convergentes e divergentes em todos os segmentos (gestores, moradores do entorno e visitantes). Para alguns,

O trabalho de educação ambiental no Morro do Finder é muito bom, as pessoas são bastante atenciosas, o problema é que a gente vai com um grupo de 50 alunos e não tem um lugar para a gente se organizar, para passar informações... daí os alunos entram no parque ficam todos alvoroçados e não tem quem controle. **(Professor que participou do Programa de Educação Ambiental da FUNDEMA)**

O Programa de Educação Ambiental da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, tem como objetivo “reeducar as pessoas para conviver em harmonia com a natureza” (FUNDEMA, 2005: s.p.). As atividades que compõe o trabalho de educação ambiental são desenvolvidas a partir de um contato inicial com as escolas interessadas em realizar visita guiada ao Parque.

No tocante aos procedimentos realizados pelos educadores ou estagiários da FUNDEMA, estes incluem uma visita de apresentação do Parque na escola solicitante, explicando o que é a área, o que as crianças encontrarão lá, com a apresentação de vídeo sobre a Mata Atlântica. O programa possui dois filmes distintos: um usado para crianças menores de 12 anos; e, outro para crianças com mais idade. Ambos abordam questões até certo ponto bastantes técnicas relacionadas à botânica, sendo apresentado, por exemplo, aspectos da estratificação da vegetação da mata atlântica.

Em entrevista com um professor que participou destas atividades, este menciona que o Programa de Educação Ambiental da Fundação do Meio Ambiente é muito bom, porém a falta de um local que proporcionasse a organização dos alunos para andar nas trilhas interfere diretamente no trabalho e gera uma dificuldade de controle para os educadores.

Além destas atividades vale destacar outras relativas à educação, mas que não se integram a este programa, disponibilizado pelos gestores, realizadas de forma independente por escolas, grupos de escoteiros e outros. (FOTO 12)

O Parque é importante pelo que acontece aí; diariamente as escolas trazendo as crianças para passear no parque e conhecer; e está tendo migração de aves e as crianças querem aprender (...). **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Acho importante no Parque todos os trabalhos de conscientização sobre a preservação ambiental, em especial a preservação da mata atlântica que tanto já foi agredida. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Acho que a grande maioria dos visitantes hoje são alunos por encontros promovidos por escolas, que é muito bom. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

**Foto 12 – Trabalho de sensibilização ambiental com professores da rede municipal de ensino de Joinville**



Foto: Samir Alexandre Rocha, novembro de 2005

Os dados da Fundação Municipal do Meio Ambiente, obtidos no livro de registro de visitantes, localizado na entrada do parque sob responsabilidade dos fiscais, mostraram que a unidade possui uma média anual de aproximadamente 13.000 visitantes, sendo 75% destes estudantes de 1º grau das escolas do Município. Esta procura poderia ser bem maior, como salienta um dos gestores que foi responsável pelo projeto e criação do parque e que crítica o fato de que a Unidade de Conservação ainda não vem proporcionando de forma adequada a prática da educação ambiental, principalmente levando-se em consideração o potencial que a área possui.

Embora os trabalhos realizados no Parque Morro do Finder estejam sendo bem desenvolvidos a falta de uma infra-estrutura boa de trabalho e a falta de interesse em investir na melhoria dos trabalhos faz com que a gente fique sempre na mesma. **(Gestor)**

Para este entrevistado, a falta de infra-estrutura e de investimentos na área são fatores que prejudicam em muito os trabalhos que são desenvolvidos e servem como desestímulo para novas idéias e práticas.

#### **4.2.3 A utilidade para o Lazer**

O conceito de lazer surge da língua francesa, no século XIII, onde o radical “*loisir*” se apresenta com uma idéia de permissão. Atualmente lazer é considerado uma atividade realizada pelo indivíduo, por livre escolha deste, muito embora o meio ambiente social e físico influenciem sobre o ser e sua percepção do que gera prazer ao mesmo. Em outras palavras, segundo conceito proposto por Dumazedier (2001: 34), lazer representa

(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares, ou sociais.

No caso do Parque Municipal Morro do Finder a principal prática de lazer é a contemplativa, ou seja, a partir da associação da definição anteriormente citada a observação e apreciação estética da paisagem, que é realizada principalmente por meio de caminhadas nas trilhas ao belvedére da Pedra do Veloso. (FOTO 13)

Em relação ao lazer praticado no Parque destacam-se os seguintes discursos:

O Parque Municipal Morro do Finder é muito legal! Além de ter muitas trilhas para caminhadas, você pode estar em contado com a natureza, uma área da mata atlântica, ver muitos animais e flores que quase não vê, além de ter um visual da parte leste da cidade como a Baía da Babitonga. **(Morador do bairro Iririú)**

É um lugar de preservação, com alguns atrativos como trilhas e um ótimo ponto de observação dos mangues e uma boa parte de Joinville. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

O Parque é muito bonito porque lá em cima as trilhas em si são muito bonitas e muito bem cuidadas e ainda tem lá em cima a vista da Baía da Babitonga que quem olha vê até o porto lá em São Francisco. **(Gestor)**

**Foto 13 - Foto da área urbana no leste de Joinville a partir do Belvedere da Pedra do Veloso**



**Foto: Samir Alexandre Rocha, setembro de 2005.**

Ainda em relação a paisagem e seu uso para o lazer contemplativo, é destacado o efeito que este promove nas pessoas enquanto local de descanso, aconchego e memória, sendo mencionado sobre o Parque Municipal Morro do Finder o fato de que diversas pessoas que visitam a área, tanto moradores do entorno do parque, como os visitantes de áreas mais distantes no município, ou

ainda, visitantes de outras cidades, ao freqüentarem a área se esquecem um pouco dos problemas do dia-a-dia e se encontram consigo mesmas.

Quando eu trabalhava no Colégio de Aplicação que eu tinha alguns embates, alguns conflitos, a minha área de refúgio era o Morro do Finder. É uma área onde eu posso relaxar. Os pássaros que existem lá eu percebo o cantar de cada um deles. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Esta idéia, que soa parecida com o objetivo inicial de criação de parques como espaços naturais com atributos que remetem a uma noção de local intocado, de reflexão e resgate e veneração da alma, conforme assinala Diegues (1998), concretiza-se nos discursos como uma noção realmente romântica e ao mesmo tempo fortemente construída a partir de elementos culturais individuais e coletivos.

Neste sentido, o parque remete à noção de tranquilidade, de espaço onde se pode refletir no âmbito individual diferentes situações relativas ao processo de convívio social, como no ambiente de trabalho e estudo, ou ainda em questões psicológicas.

Outro aspecto é a valorização da paisagem como local de lembrança, de memórias, geradora da possibilidade de se transplantar acontecimentos passados para o presente. (FOTO 14)

O fato de eu ter vindo de uma área agrícola, uma área rural, eu tenho muita familiaridade com a mata, com a área verde. O Morro do Finder para mim sempre foi uma referência da minha vida, do meu passado rural, então eu tenho uma relação muito próxima. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Por diversas pessoas, o Parque Municipal foi destacado como um local que remete a diferentes memórias individuais, resultados de experiências vivenciadas na área de entorno, no município ou fora dele, além daquelas não realizadas diretamente pela pessoa, mas vinculadas aos seus amigos ou parentes.

**Foto 14 – Foto de uma das trilhas para caminhadas**



**Foto: Samir Alexandre Rocha, agosto de 2005.**

Nestes discursos fica evidenciado um forte apego à área baseado em questões identitárias, o que corrobora com a informação apresentada por Kohlsdorf (2001: 190) ao citar que “no campo afetivo, memória e identidade são indissociáveis porque a primeira indica a coerência da história interior e a identidade, como permanência no tempo, constrói a história do sujeito”.

O Morro do Finder é a natureza viva é algo que precisa ser mantido e preservado para essa nova geração, porque hoje os nossos filhos, e amanhã se nós não tomarmos nenhuma medida de preservação e através de idéias a gente não enriquecer este parque, é lógico que ele só poderá definhar. Isso aqui tem a importância do resgate da dignidade do ser.  
**(Morador do bairro Iririú)**

Ao vir ao parque eu lembro dos meus pais e fico imaginando como naqueles tempos, há uns 50 anos atrás, quando tudo isso aqui era mata, esse morro todo, aqui na frente, tudo era só mata... Ah, como deveria ser bom... lembro que eles viveram aqui. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Veja bem esse ar puro... isso aqui é vida. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Minha relação com ele é assim de amizade, de familiaridade com o meu passado. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Eu gosto muito de caminhar naquele parque, pelo clima, pela sensação que eu tenho, pela forma com que eu me relaciono com a mata, com as árvores, com o chão, com aquela água corrente, aquilo tudo me reporta a minha vida passada, a minha infância, a minha adolescência, e aquilo me conforta muito. Sair daqui do barulho do urbano me conforta muito. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Por fim, outro entrevistado fala da importância que o parque tomaria se mais pessoas o conhecessem e o utilizassem.

Se um dia essa população despertar para andar pelas trilhas no meio do mato talvez o Parque adquira uma importância maior para as pessoas da cidade porque talvez elas comecem a encontrar outras formas de aliviar as tensões, de se encontrar consigo mesmas. Seria de uma grande importância para a vida humana. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Todas estas percepções convergem para a análise de que o parque enquanto Unidade de Conservação tem uma grande importância diante do contexto em que está localizado, constituindo-se como um diferencial em meio à área urbana que recebe pessoas com finalidades diversas como, o interesse de refugiar-se, mesmo que por pouco tempo, do seu trabalho e vivência cotidiana.

Outra prática de lazer também destacada pelos entrevistados aponta o parque como uma área própria para realização de *mountain bike*<sup>7</sup> associado à contemplação e aventura.

O parque é utilizado hoje mais como forma de lazer, a não ser nas trilhas de *bike* onde pode ocorrer um pouco mais de aventura. **(Visitante de Brusque)**

É um local com grande arborização, com trilhas para trekking e bicicletas onde você além de esporte relaxa vendo a natureza. **(Visitante do Parque, ex-morador do bairro Iriirú, atualmente residindo em Rio Negrinho)**

Embora seja constatado um discurso que acentua a importância do parque para a realização de esporte com bicicleta, percebe-se por outro lado, críticas por parte de alguns gestores em relação a este tipo de atividade, devido a degradação do terreno nas trilhas, mesmo lembrando que existem trilhas exclusivas, sendo inclusive questionada a manutenção desta prática no Parque.

(...) uma das atividades que eu acho que devem ser pensadas no parque são as bicicletas porque elas causam muito estrago no caminho, deixando as trilhas com pedras expostas. (...). As trilhas de *mountain bike* são muito perigosas (...). **(Gestor)**

Entretanto um visitante fez severas críticas em relação a possível proibição da atividade:

É um absurdo isso, o que estão dizendo... Moramos na cidade das bicicletas que não têm nenhuma ciclovia e ainda querem tirar uma das poucas áreas em que podemos nos divertir de bicicleta... aí fica difícil né! **(Morador do bairro Iriirú)**

Sobre a inserção desta prática esportiva, a mesma é desenvolvida desde a inauguração da Unidade de Conservação, sendo que um dos técnicos responsável

---

<sup>7</sup> Percorrer trilhas com bicicleta a lazer ou competição.

pela criação do parque cita o fato de que esta foi incluída nas atividades de lazer do parque tendo em vista que, mesmo sendo uma atividade que gera impacto, em geral os seus praticantes possuem senso de preservação da natureza.

A bicicleta faz um certo estrago no solo, mas no caso como foram selecionados trilhas que já eram bastante abertas, com o solo bastante exposto, então ele sempre se mantendo naquelas trilhas ali, não tem problema. O que houve no começo foi que eles, mesmo a gente colocando placas indicando que era proibido andar com bicicletas dentro das trilhas de pedestre, às vezes eles entravam nas trilhas de pedestre e isso estragava porque elas são revestidas com brita e eles acabavam jogando este material para fora da trilha. **(Gestor)**

Outra prática de lazer presente e questionada no Parque é a escalada e o *rapel*<sup>8</sup>. (FOTO 15)

Pra mim, além de ser uma área para estar em contato com a natureza, o Parque também é um lugar ideal para passear com a família e um lugar aonde eu posso praticar meu esporte favorito, escalada em rocha. **(Morador do bairro Bom Retiro, membro da Associação Joinvilense de Montanhismo)**

Eu não vejo nada de mais no pessoal que vem aí para descer a pedra lá com cordas... a única coisa que eu acho é que muitos não tem noção do perigo e fazem de qualquer jeito. (...) tem muita gente boa que vem aqui, que gosta do parque e que ajuda a cuidar das coisas e faz lá a atividade deles, com todo cuidado (...). **(Gestor)**

Eu vejo isso com muito perigo. Acho perigoso porque nem todas as pessoas estão lá com segurança fazendo *rapel*. **(Morador bairro Bom Retiro)**

O negócio do *rapel*, o problema é que tem pessoas que não sabem fazer, vão lá sem ter o mínimo de conhecimento e acabam se acidentando, deixando complicado para os outros que tem bons equipamentos e que praticam o esporte. **(Morador do Bairro Iriú)**

---

<sup>8</sup> O rapel é uma técnica de descida, no caso de Parque Morro do Finder, de paredes de rocha, controlada, por cordas ou cabos em conjunto com outros equipamentos específicos.

**Foto 15 – Praticantes de escalada no Parque Municipal Morro do Finder**



Foto: Roger Luiz , agosto de 2005.

Estas atividades não são oficialmente permitidas na Unidade de Conservação em função de acidentes que ocorreram anteriormente na área, porém, mesmo assim, algumas pessoas vem realizando escalada e *rappel*. É importante mencionar que integrantes da Associação de Montanhistas de Joinville vem constantemente desenvolvendo estas atividades de forma correta, com equipamentos e instrução adequados.

O trabalho realizado pela Associação é considerado importante no sentido, também, de promover uma maior sensibilização do público jovem para a proteção do

parque, por meio de atividades de preservação e manutenção da área, realizadas com os visitantes do parque.

### 4.3 A valorização da paisagem como local de trabalho

Com base no trabalho de CABRAL (1999), a paisagem como espaço de trabalho surge a partir da constatação do Parque como local de exercício profissional.

Neste sentido são destacados os discursos dos seus gestores que, em geral têm como responsabilidade o cuidado e a manutenção da Unidade de Conservação, o controle de entrada e segurança das pessoas que visitam a área. Estes profissionais por possuírem as atribuições de cuidar e fazer a manutenção do parque, destacando-se principalmente aqueles gestores que mantêm uma relação mais antiga com este lugar, e que acabam criando um senso de identidade e zelo.

O Morro do Finder representa para mim um local de trabalho aonde você cria um vínculo de amizade lá dentro, tanto do próprio amigo que trabalha, como o pessoal que vão lá visitar o morro e conseqüentemente com isso aí você passa os teus dias lá assim bem interessante. Você tem conhecimento das outras pessoas, conversa com as outras pessoas que vão lá visitar o morro, e também a gente fica usufruindo aquela beleza da natureza, respirando ar puro, vendo os passarinhos (...). **(Gestor)**

Com base neste sentimento de identidade e afeição, emergem críticas, mas, sobretudo o entendimento do parque como um local de trabalho proveitoso, onde a convivência com diferentes pessoas, com o meio natural e com o entorno construído são apreciados e atentamente observados. No relato acima observa-se que, para este indivíduo o parque, como lugar de trabalho, implica na sua consideração a partir da sua sensibilidade para com o ambiente Morro do Finder e as relações no mesmo construídas.

#### 4.4 A valorização da paisagem como reserva

A paisagem como reserva incita diferentes idéias que podem ser apresentadas referenciando, principalmente, à questão do parque como fornecedor e mantenedor de atributos naturais; ou seja, aqui é realizada a representação do Parque Municipal enquanto resguardador de um patrimônio, assegurado da presença e existência dos recursos naturais nele contidos para as gerações futuras.

Ao refletir sobre a valorização da paisagem como reserva, percebe-se que em todos os âmbitos, este tipo de valorização é referenciado com um nível de especificidade diferente.

Nos discursos dos gestores, fica evidenciada a responsabilidade pública no papel de mantenedor e responsável pela garantia da qualidade de preservação das espécies animais e vegetais, e da infra-estrutura para visitação no local, apontando este papel à FUNDEMA ou à Prefeitura Municipal de Joinville.

A manutenção e o cuidado com o Parque cabem à prefeitura através da FUNDEMA. É ela quem deve fornecer infra-estrutura e colocar para trabalhar um número de técnicos condizente com a área, o que hoje está longe de ser cumprido. **(Gestor)**

Com relação ao cuidar do parque, sem dúvida nenhuma cabe a prefeitura. A área é dela, a prefeitura tem que cuidar. É aceitável você ter parcerias, por exemplo, uma empresa ajudar financeiramente com algumas coisas, aí tudo bem. Mas quem deve cuidar é a prefeitura. **(Gestor)**

Já que o Parque está na mão da prefeitura, ela tem que ter paixão pela natureza e que tenha interesse em preservar aquilo como tem que ser preservado. **(Gestor)**

A mesma questão para os habitantes do município e moradores da área de entorno da Unidade de Conservação, estes demonstram que não basta apenas o poder público cuidar do parque, e assumem também parcela desta responsabilidade. Os discursos de diversos moradores vizinhos mencionam que ao perceberem qualquer atitude desrespeitosa ou que transmita a idéia de ação negativa para a área, procuram conversar com a pessoa que a está praticando, ou entram em contato com a fiscalização do parque, polícia ambiental ou órgão ambiental responsável.

Aqui por onde a gente mora, se a gente ver alguma coisa que a gente não aceita, nós entramos em contato com os órgãos ambientais e denunciamos e, por sinal, eles atendem muito bem, qualquer coisa eles estão aí. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Outro dia aqui estava tendo um desmatamento clandestino, nós mesmos fizemos a denuncia; aí a Polícia Ambiental veio e notificaram a pessoa ali. Então nós também cuidamos do Parque. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Nós aqui no Bom Retiro, nós cuidamos realmente do Morro do Finder, daquela região ali. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

A melhor forma de cuidar do Morro seria fazer uma conscientização do pessoal que margeia o Morro do Finder pra que eles tomassem consciência de que aquilo é bom para eles e para toda a cidade. **(Morador do bairro Iriú)**

Outra perspectiva apresentada em relação ao cuidado com o parque, referencia a importância do poder público e de políticas voltadas à sensibilização ambiental, destacando, sobretudo a comunidade e os visitantes como os principais responsáveis pelo cuidado da área.

A população no entorno talvez seriam as pessoas mais interessantes para cuidar. Também teria que ter políticas públicas. Fundamentalmente os órgãos institucionais teriam a obrigação de estar cuidando mais do parque. Eu vejo uma depredação e um abandono muito grande. **(Morador bairro Bom Retiro)**

O cuidado teria que realmente partir da comunidade juntamente com aquelas pessoas que estão lá pagas para cuidar deste local. **(Morador do bairro Iriú)**

Acho que todos os freqüentadores do parque têm que cuidar como se fosse sua casa, trazendo seu lixo de volta, não saindo das trilhas, não cortando nada, não alimentando qualquer animal... mas também acho que deve ter mais trabalhos de conscientização. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Quanto aos visitantes esporádicos, incluindo aqui principalmente aqueles provenientes de outros municípios, há uma noção de que quem deve zelar pelo patrimônio é a comunidade joinvilense por meio de instituições de ensino, além de quem freqüenta a área e os guardas do parque, desvinculando, até em muitos casos devido ao desconhecimento, o órgão público responsável pela manutenção da área, a FUNDEMA, e o poder público como um todo.

Acho que quem deve cuidar do parque são alunos universitários e professores ligados ao meio ambiente, os visitantes e os guardas. **(Visitante do município de Brusque)**

Outra questão a ser destacada quando se remete à valorização do parque como reserva, refere-se à inserção e ao reconhecimento do parque por meio do discurso institucionalizado que se vincula a este como área de preservação, área de conservação ambiental, ou ainda, área de proteção da natureza.

É um lugar de rara beleza que está encontrado na maior cidade catarinense e que possui vários exemplares da fauna e flora ameaçados de extinção. **(Visitante que estava no parque a estudo)**

Representa um pedaço de mata atlântica, ou melhor, o que deste bioma que precisa ser salvo. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Um lugar de preservação. **(Morador do bairro Iriú)**

É uma unidade de conservação inserida num contexto urbano. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

É importante porque é uma ótima e saudável opção de lazer, além de ser estabilizador climático, ajudando a redução de ruídos, abrigo para diversas espécies, fauna e flora, e, ainda, dando uma harmonia estética à cidade. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

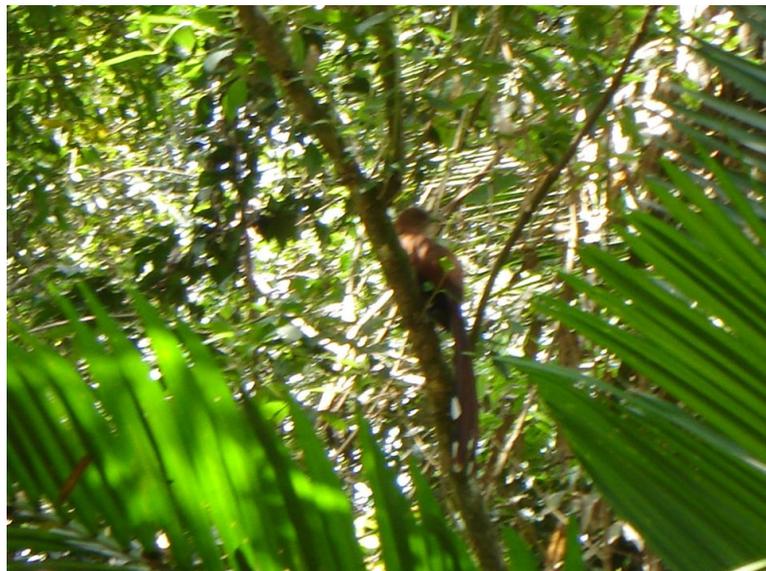
O Parque é importante por manter a fauna local e remanescentes de vegetação. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Eu descreveria a área como uma unidade de conservação (parque) onde se pode ter um contato com a natureza. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

É uma área de preservação permanente com fins de oferecer lazer para os moradores de Joinville. **(Morador do bairro Iriú)**

Com relação aos recursos a serem preservados, são evidenciados a importância da fauna e flora, destacando-se aqui justificativas diversas sobre a importância de ações em prol de ambos. (FOTO 16)

**Foto 16 – Foto de uma das várias aves que podem ser encontradas no parque**



**Foto: Samir Alexandre Rocha , outubro de 2005.**

Outro fato evidenciado principalmente na fala de moradores da área vizinha ao Parque, refere-se à proteção das nascentes e pequenos córregos que drenam a área.

O parque serve para preservar a natureza, preservar a água, porque se derrubar as árvores acaba com a água, até porque tem mais ou menos uns seis córregos que nascem lá no morro e que a turma que tão lá usando (...).  
**(Morador do bairro Iririú)**

Para garantir a sustentabilidade em relação à disponibilidade de água potável (nascentes), estabilidade climática, biodiversidade, manutenção da paisagem. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Estes relatos aparecem em parte em função de discussões ambientais atuais que apontam para a possibilidade de comprometimento das fontes próprias para o consumo; é referenciado principalmente por pessoas que usam este recurso para consumo, tendo em vista que residências localizadas em áreas adjacentes à Unidade de Conservação, por estarem no morro em locais onde há uma declividade média de 30º, não recebem água tratada pela Companhia de Abastecimento Público, por não haver pressão suficiente nos dutos.

Eu moro na rua Humaitá e, inclusive do Morro do Finder ali nós fazemos captação de água; somos, só na rua Humaitá, 22 famílias que utilizam a água daquele local. Uma água limpa, já foi feita a análise da água pelo laboratório da CASAN, então está provado que a água é potável, os moradores sabem disso. **(Morador bairro Bom Retiro)**

Outra questão apresentada pelos moradores das áreas de entorno do Morro do Finder no que tange à preservação do parque como reserva, refere-se à tranquilidade gerada pela área através dos animais ali encontrados, em especial, dos pássaros e dos sons do local, sendo destacado por várias pessoas o barulho do vento nas árvores, e dos córregos presentes na Unidade e seu entorno, além da mesma influir diretamente no equilíbrio ambiental no município.

Para mim o parque representa tranqüilidade. Morando vizinho, com o parque aqui do lado não tem entrada por aqui, a rua é tranqüila, e depois a tranqüilidade de morar perto do mato. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Acho que só o fato de ter aquela área verde, aquele pulmão como muitos chamam, não sei se é pulmão, mas aquela área verde, acho que tem um significado, uma importância muito grande; ... na minha casa as vezes não está chovendo, mas naquele morro está chovendo. Muitas vezes chove naquele morro e chega na minha casa, mas em outras partes da cidade não chega. Então acho que ele dá um certo equilíbrio no meio ambiente, no ar, na poluição. Ele tem que existir. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Questionados sobre a possibilidade do parque deixar de existir, foram diversas as reações. Alguns entrevistados ficaram abismados com a pergunta, considerando um absurdo cogitar-se esta possibilidade; outros citaram que iriam procurar os responsáveis por tal ação para questionamentos. Outros citaram que se isso ocorresse, procurariam gerar uma mobilização para a reabertura da Unidade de Conservação; e, por fim uma pessoa falou que não se surpreenderia, e que se fosse para a área continuar abandonada pelo poder público da forma que está, seria a melhor alternativa.

Acho muito improvável que isso ocorra, pois isso cairia na opinião pública e geraria uma imagem muito negativa para a cidade; mas enfim lamentaria muito. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Ficaria triste (que pergunta!). **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Ficaria decepcionada. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Nada, com os administradores públicos que temos isso não iria me surpreender nem um pouco. **(Morador do bairro Iririú)**

Me adaptaria. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Seria decepcionante, mas se viesse a acontecer iria atrás de responsáveis pelo parque, se é que existe, saber o porquê. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Faria contato com os responsáveis para colocar minha opinião sobre a importância daquele local. **(Morador do bairro Iririú)**

Organizaria um movimento de opinião pública para discutir. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Ficaria desapontada com tanta irresponsabilidade. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

#### **4.5 A valorização da paisagem como incômodo, medo e restrição**

Dentre os habitantes da área de entorno do parque um discurso chamou a atenção para a paisagem incômodo, medo e restrição, e para outros de forma isolada ou ambivalente, ou seja, o que para alguns remete a noção de medo foi apresentado por outros como um sinal de incômodo.

Nesta perspectiva, um primeiro discurso apresentado pelos moradores das áreas adjacentes ao Parque Municipal Morro do Funder referiu-se ao lixo produzido pelas pessoas que visitam a Unidade de Conservação e levam consigo diferentes produtos como, por exemplo, lanches e doces, que muitas vezes é abandonado nas trilhas, e no interior da área como um todo, além das ruas de acesso à unidade.

Eu acho que é uma relação de consumo. Algo de consumo que para muitos me parece que é uma área típica aonde as pessoas vão lá para consumir, espalhando papezinhos de bala e de bolacha pela estrada. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Esta percepção do consumo que incomoda é compartilhada por outros visitantes. No entanto deve ser ressaltado que o parque é um dos poucos espaços de lazer com uma infra-estrutura mínima para que se possa, por exemplo, fazer um

piquenique, mesmo admitindo-se que há um problema de comportamento por parte de alguns visitantes.

Ainda em relação à valorização do parque como espaço de incômodo, outro aspecto ressaltado por habitantes das áreas próximas ao parque e visitantes refere-se à presença de usuários de drogas que gera insegurança e, inclusive para algumas pessoas, motiva o medo associado à noção de perigo.

(...) é um incômodo. Eu lembro que muitas pessoas no início quando ele foi criado que não acreditavam que eu ia lá sozinha. Porque aquele morro era associado ao “maconheiro”. Então as pessoas sempre me perguntavam se eu não tinha medo de andar por lá sozinha. Eles viam aquele morro como coisa perigosa. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Há de se ressaltar aqui, que mesmo antes da implantação do Parque Municipal Morro do Funder, principalmente entre 1986 e 1992, havia a presença constante de traficantes e usuários de drogas, fato ressaltado entre outras pessoas por Diniz (comunicação pessoal, 2005)

Com relação ao parque como espaço de restrição, esta valorização remete a transformação da área em Unidade de Conservação, limitando uma série de usos anteriormente praticados. É importante ressaltar que alguns destes usos já eram considerados ilegais, de acordo com dispositivos regulamentares. A questão da restrição, talvez tenha sido percebida pela presença, a partir da inauguração do parque, de uma fiscalização mais constante.

(...) pessoas que moram lá perto que eu conversei me falavam que era um espaço aonde elas não tinham o direito de usar e que de repente não podiam mais tirar madeira, tirar palmito, então o parque incomodava porque restringiu algumas pessoas de fazerem coisas que anteriormente elas faziam. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Por fim, outra questão importante remete ao fato de que a paisagem e os recursos naturais nela contidos e as ações relacionadas à fiscalização e proibição de determinadas práticas são fundamentais para a manutenção da mesma.

#### 4.6 A paisagem como espaço de atuação política e de gestão

Com relação à valorização da paisagem como espaço de atuação política e de gestão, deve-se ressaltar que são diversos os interesses políticos que envolvem este espaço e que por ser o Parque Municipal Morro do Finder administrado pelo poder público, podem ser vários os níveis de impactos resultantes.

Com base nos discursos de gestores responsáveis pela Unidade de Conservação, visitantes, moradores e da própria história do Parque Municipal Morro do Finder, evidencia-se que desde a sua aquisição, com a mudança de governo logo em seguida, gerou o abandono da área; com um novo governo ocorre a sua criação e enfim a sua gestão. Assim foram diferentes os interesses políticos que interferiram e que interferem na área.

Diversos foram os relatos que discutiram o quanto a política em função de interesses particulares gerou uma descontinuidade de ações, sendo evidentes em vários aspectos referentes ao Parque Municipal Morro do Finder. Destaca-se no discurso de gestores que elaboraram o projeto de criação da Unidade de Conservação uma grande decepção em relação à estrutura nela presente e chamam a atenção para o fato de que diversos aspectos incluídos no projeto de criação proposto não foram concretizados. Ou seja, o parque foi inaugurado com uma infraestrutura incompleta a partir da idéia de que o mesmo representava mais uma obra inaugurada e, tão logo, mais uma fonte de promoção política.

A criação do parque foi utilizada mais politicamente assim, para aparecer, do que propriamente a função que ele deveria ter tido de proporcionar a preservação da área e a educação ambiental. Fiquei bastante decepcionado. A partir da inauguração ele está bastante largado e eu fico desgostoso com isso. O Parque era para ter dado um impulso na Educação Ambiental aqui em Joinville, mas infelizmente foi desviado do objetivo inicial dele. **(Gestor)**

Outra questão associada à criação do Parque Municipal Morro do Finder relacionada à interferência da política na gestão e que amplia a discussão apresentada no relato anterior, refere-se ao fato de que o investimento realizado na Unidade de Conservação é problemático desde o início da gestão da área, o que acarreta em uma perda de interesse das pessoas pelo parque tendo em vista que as estruturas são mínimas e que deveriam ser ampliadas, o que acaba depreciando o parque.

Já na época da criação do Parque a nossa maior dificuldade era a questão financeira. A prefeitura não tinha dinheiro para manter o que deveria ser mantido, melhorar outras coisas, como a fiscalização, colocar mais pessoal para fazer o trabalho braçal do tipo manter as trilhas limpas, manter a divisa do parque limpa, instalar uma unidade de educação ambiental (...). Sempre faltava dinheiro! **(Gestor)**

Dos projetos iniciais do parque, nem o projeto de um centro de educação ambiental, nem o projeto de eletrificação, nada disso saiu, sempre por questões financeiras. A prefeitura sempre dizia que nunca tinha dinheiro. Para outras coisas tinha, tipo asfalto, essas coisas e tal, já para educação ambiental que também é bastante importante e que a população local solicitava bastante, isso não tinha. **(Gestor)**

Ainda sobre a questão política associada ao Parque Municipal Morro do Finder, vários são os depoimentos que demonstram indignação e, sobretudo desânimo dos moradores com a administração pública e dos gestores que sofrem críticas resultantes, entre outros fatos, nos investimentos na Unidade de Conservação.

Há de se ressaltar que investimento não implica apenas em melhoria e ampliação das estruturas, mas, sobretudo na quantidade e qualidade de pessoas envolvidas no trabalho de gestão do Parque Municipal Morro do Finder. Uma crítica que evidencia esta carência refere-se à falta de segurança e fiscalização sendo importante mencionar o fato de que atuam diretamente no parque apenas dois funcionários por turno, que no caso são guardas responsáveis pela segurança das pessoas e fiscalização da Unidade de Conservação, os quais tem agregado ao seu serviço outras funções indiretas tais como a realização de grande parte da

manutenção das infra-estruturas, além da recepção e fornecimento de informações aos visitantes.

O problema é que com esse negócio de política todo mundo quer dizer que manda... **(Morador do bairro Iririú)**

Eu não gosto da forma como o parque está. Está largada, sem manutenção, faltando fiscalização... se fosse para deixar deste jeito que não tivessem criado o parque. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Política é assim né, muda de política muda de comando. E vem uma pessoa que não tem capacidade nenhuma de comandar uma área de preservação ambiental. Os cargos públicos são nomeados e quem tem que vir trabalhar aqui é quem tem conhecimento e tem amor pelo que faz. Quem está fazendo, faz só para ganhar um dinheirinho no final do mês. **(Gestor)**

No Morro do Finder teria que ter uma melhor segurança para as pessoas que vão para lá... a importância do parque é muito grande, mas ele tem que ser melhor moldado, mais explorado e também mais cuidado. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Eu acho que deveria ser melhorado o parque em termos de manutenção, fiscalização, oferecer mais coisas ali dentro tipo uma lachonetezinha para o pessoal comprar uma água, alguma coisa assim e se sentir melhor ali dentro. **(Morador do bairro Iririú)**

Ainda em relação à infra-estrutura e segurança, um dos discursos chama a atenção para a entrada do parque cuja estrutura é composta pela guarita onde encontram-se os guardas. A disposição física da guarita e a presença de funcionários acarretam desconforto e uma noção de proibição, que remete inclusive a uma percepção de incômodo.

Gosto daquele mato, daquelas árvores, daqueles bichos que tem lá, dos pássaros... não gosto da falta de cuidado. E o que me incomoda um pouco é na entrada, naquela guarita que parece que só tem vigia, parece que você é vigiado só. Aquela sensação de vigia me incomoda um pouco... acho que ela poderia ser transformada em algo mais interativo. Cada vez que eu entro parece que estou entrando assim num lugar proibido e isso causa um pouco de desconforto... claro que não é né... **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Outro problema apontado pelos gestores e habitantes da área de entorno refere-se ao corte de palmiteiros e a presença de caçadores.

A maior briga ali é com os palmiteiros. O palmiteiro hoje corta com cerrote para não haver pancada no palmito; em dias de chuva às vezes a gente percebe eles e a gente tem que chamar a polícia. **(Gestor)**

Embora o discurso de várias pessoas da comunidade apresente a sensibilidade em relação ao parque, uma fala que demonstra uma situação importante, que é também reconhecida pelos técnicos da FUNDEMA, refere-se ao desenvolvimento de trabalhos entre os gestores e a população de entorno à Unidade de Conservação.

Um discurso importante a partir da população local apresenta o fato de que as ações relativas ao parque são isoladas, que a população não é mobilizada, não realiza solicitações para a melhoria da Unidade de Conservação, e que tem-se uma acomodação por parte dos gestores e do poder público.

Acho que deveria ter um pouco mais de cuidado e por extensão o desenvolvimento de um trabalho com a população. Eu vejo que não há interesse ali também porque a população não se manifesta. A população não se manifestando os órgãos públicos ficam muito seguros, para eles fica muito confortável quando não tem pressão da comunidade. Por outro lado os órgãos públicos não se preocupam porque a comunidade não tenha essa necessidade de ter um ambiente deste. E aí parece que por um lado sem movimentos sociais e sem os órgãos públicos também cuidarem... Um fica de um lado e outro fica do outro e não dá certo. (...) Nós temos órgãos competentes para cuidar, mas falta uma preocupação com o parque e a comunidade. **(Morador do bairro Bom Retiro)**

Esta questão do parque como espaço de atuação política e de gestão mostra-se como o grande desafio e o maior problema a ser superado em relação ao Parque Municipal Morro do Funder e que é responsável pela maior parte das críticas em relação à Unidade de Conservação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma premissa deste trabalho refere-se ao fato de que mesmo que olhemos para uma mesma direção, mesmo tendo vivenciado uma experiência comum em um mesmo local a uma mesma hora, mesmo estando à frente de diversos elementos comuns, as paisagens nunca tem a mesma representação para todos.

Analisando esta questão, Collot (1990: 22) cita que “a paisagem não é um objeto autônomo em si em face do qual o sujeito poderia se situar em uma relação de exterioridade; ela se revela numa experiência em que sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas também porque o sujeito, por sua vez, aí se acha envolvido pelo espaço”.

Logo, analisando o Parque Municipal Morro do Finder, vários são os elementos e simbolismos que constituem o significado desta paisagem para as pessoas, sendo aqui destacados a partir de três grupos sociais (gestores, visitantes e habitantes locais) que, embora sejam considerados distintos, cada qual com suas idiosincrasias, na prática apresentam idéias comuns e fazem desta Unidade de Conservação uma paisagem valorizada.

A partir das percepções, constituídas de diferentes valores e sentimentos, o presente trabalho propôs elaborar uma classificação dos diferentes discursos dos sujeitos, buscando analisá-los de forma a chegar ao objetivo proposto.

Sobre esta questão vale aqui citar Bley (1999: 135) para quem “(...) a natureza dos valores é muito complexa e sua classificação extremamente controvertida. Sobre o valor da paisagem (...) os valores não são, os valores valem e, portanto todas as paisagens, em todos os seus pontos de vista têm valor”.

Neste trabalho, assim como nos realizados por Meinig (2002) e Cabral (1999), chega-se às considerações com diversas versões sobre uma mesma paisagem, que neste caso resultou em sete categorias temáticas.

O entendimento do fato de que a paisagem não é algo estático e isolado, provoca a sensibilização para a realidade de que esta não reside somente no objeto,

mas, sobretudo na sua interação com os sujeitos que a observam, extrapolando as escalas espaciais e passando pela intuição e cognição.

Conforme proposto por Holzer (1999), a paisagem é ressaltada e construída a partir de aspectos morfológicos não sendo esquecidos no seu entendimento aspectos humanos de intersubjetividade delimitados e construídos com base em aspectos culturais.

Neste sentido, uma primeira questão aqui apresentada em relação ao Parque Municipal Morro do Finder refere-se a sua localização. Faz parte de um morro isolado na planície de Joinville e que tem altura máxima de 205 metros, e formado por rochas metamórficas do tipo quartzitos e gnaisses, representando uma porção isolada da escarpa serrana.

Outra questão refere-se à importância do Morro do Iririú, área na qual encontra-se a Unidade de Conservação, ao longo do processo de ocupação e constituição do município de Joinville.

A urbanização do município até a década de 1950 ocorreu na forma de adensamento em uma área de baixio próxima ao Morro do Boa Vista, localizado a sul do Morro do Iririú. Até este período o Morro do Iririú constituía-se em uma paisagem em segundo plano, havendo poucas residências próximas a esta área.

Na década de 1970, período em que Joinville contava com um crescimento industrial expressivo, ocorreu uma expansão na ocupação, o que gerou transformações significativas no contexto urbano, principalmente nas áreas de entorno do Morro do Iririú. Neste período, constata-se que a área do Parque Municipal Morro do Finder passa a representar uma importante fonte de recursos, principalmente de água.

Na década de 1980, ocorre uma grande mudança no cenário econômico nacional e também no município de Joinville. A recessão marca este período com a declaração de concordata de várias empresas e o aumento do desemprego; além disso, pessoas de outras cidades que passavam pelos mesmos problemas em seus municípios vinham para Joinville em busca de uma nova colocação. Sem recursos financeiros estas pessoas acabaram sendo responsáveis por um novo momento de

ocupação com o estabelecimento de residências em áreas periféricas, sem infraestrutura, como os manguezais e as encostas dos morros isolados na planície. Assim, o Morro do Iriú se fazia mais presente e, começava um processo de pressão para a sua ocupação.

Em meio a todas estas questões, a Prefeitura Municipal de Joinville adquire em 1986 uma área de 446.000 m<sup>2</sup> antes pertencente a Amandos Finder. O local dito como de interessante potencial turístico, acaba em meio a uma série de questões políticas abandonado, sendo reavaliado somente em 1992 e por fim sendo nele criado neste ano o Parque Municipal Morro do Finder.

Esta Unidade de Conservação localizada em um morro com aspectos naturais preservados em meio à área urbana, é destacada pelos entrevistados enquanto representação, sendo valorizada como campo de observação / contemplação a partir do qual se identifica o espaço urbano da cidade em diferentes escalas espaciais: a escala local, com a os bairros do município para as pessoas que neles vivem; e no âmbito de cidade município de Joinville. Ressalta-se que o Parque Municipal Morro do Finder é visto como uma paisagem natural protegida em meio à área urbana; referencia diante das várias paisagens de Joinville.

Outro aspecto importante é a valorização do parque a partir da noção de área verde em meio às construções, e que remete a qualidade de vida dos moradores do entorno e da cidade como um todo. Dentre outros aspectos, foram destacadas questões tais como a interferência da área no clima da cidade, a tranquilidade gerada para os moradores vizinhos que não tem tantos problemas com o barulho comum em áreas de ocupação densa e, especialmente naquelas industriais.

Outros discursos em relação ao Parque Municipal Morro do Finder como gerador de qualidade de vida, referem mais diretamente ao seu valor utilitário, como espaço de lazer contemplativo e no contato com a natureza no sentido de prover um descanso frente aos problemas do dia-a-dia. Esta característica gera na área uma pressão de ocupação diferenciada em relação à década de 1980, com novos imóveis de luxo.

Todos estes aspectos tornam evidente a importância do poder público enquanto regulador e gestor da questão, em especial a ocupação do morro e o combate a esta pressão imobiliária.

Quanto a política e a gestão, constatou-se uma realidade com problemas no Parque Municipal Morro do Finder. Como aqui assinalado o parque mostra-se importante para moradores, visitantes e gestores. Todavia uma das coisas que mais chama a atenção é que há um descaso decorrente de diferentes gestões políticas. No Parque Municipal Morro do Finder a falta de um plano de gestão no qual se tenha clareza quanto às ações que devem ser implementadas e as carências existentes na área. Deveria ser elaborado e implantado um plano de manejo que, fundamentado nos objetivos, nos interesses da comunidade e em aspectos naturais específicos do Parque Municipal Morro do Finder, estabeleça o seu zoneamento, bem como as normas para o bom funcionamento do mesmo, servindo de regimento não por um período de apenas quatro anos, possibilitando uma gestão correta da área a partir do cumprimento sério das ações nele apresentadas.

Neste plano de manejo, deveriam ser discutidas algumas das questões aqui apresentadas como o uso do parque para o lazer, incluindo ou não, mantendo ou não, as práticas de *mountain bike* e rapel, a partir de um planejamento com regras de segurança e em relação a capacidade de suporte (ou seja, quantas e como as pessoas poderiam realizar estas atividades para se ter impactos mínimos).

A prática do rapel, por exemplo, é criticada por várias pessoas como algo perigoso; um dos primeiros contatos que deveriam ser realizados, seria entre os gestores e a Associação Joinvilense de Montanhistas, grupo que realiza com frequência este tipo de prática e poderia estar instruindo os responsáveis do parque quanto aos reais riscos da atividade e, sobretudo sendo colaborador em ações que propiciam o desenvolvimento deste esporte no parque.

Outro problema apresentado em relação ao Parque Municipal Morro do Finder se refere à falta de recursos financeiros para a sua manutenção, contratação de recursos humanos e criação de estruturas necessárias. Para a solução deste problema, há de se desenvolver uma política que contemple a destinação de verbas para a execução de trabalhos na Unidade de Conservação. Uma proposta política

interessante, já adotada, dentre outros, no estado do Paraná e em estudo em Santa Catarina, é o ICMS ecológico uma ação que baseia-se na destinação de parte da receita gerada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços para a administração das Unidades de Conservação. Porém, há de se ressaltar que o ICMS Ecológico não deve ser entendido aqui como a única ação possível em relação a maior disponibilização de recursos financeiros para as Unidades de Conservação, outras ações podem ser desenvolvidas pelo poder público local.

Somente com um maior investimento e seriedade política, é que a gestão do Parque Municipal Morro do Finder poderá se tornar mais eficiente e motivar mais as pessoas a fazerem uso deste local, seja para educação ambiental, lazer ou pesquisa científica.

Com essa seriedade, com um maior envolvimento da comunidade e investimento necessário, tornar-se-á inversa a discussão atual de diminuição dos limites da Unidade de Conservação e deixará de haver espaço para discussões que levem em conta apenas interesses de pequenos como o de criar neste espaço um loteamento. Irá perceber-se sim a necessidade de ampliar a área atual do Parque Municipal Morro do Finder 446.000 m<sup>2</sup> para toda paisagem natural ainda preservada de todo o Morro do Iriú garantido-se assim a sua conservação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A formação do conceito de paisagem geográfica: os fundamentos clássicos. **In:** Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. Rio Claro, 11-13 de maio de 1998. **Cadernos paisagem, paisagens 3**. Rio Claro: UNESP, 1998. pp. 123-138.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: USP, 1980.

BLEY, Lineu. Morretes: Um Estudo da Paisagem Valorizada. **In:** DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de (org.). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p 121-138.

BRASIL. Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 08 de novembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br>>. Acesso em 08 de novembro de 2001.

BRITO, Maria C. W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. **In:** CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. pp. 165-193.

CABRAL, Luiz Otávio. **Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (Dissertação - Mestrado em Geografia) Departamento de Geociências, 1999.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. **In:** MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002. pp.11-43.

\_\_\_\_\_. As abordagens da geografia cultural. **In:** CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 89-118.

COBRA, Rubem Q. **Edmund Husserl**. Página de "Filosofia Contemporânea". Disponível em <<http://www.cobra.pages.nom.br>>. Acesso em 09 de dezembro de 2004.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teórica**, 20(39): 21-32, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da. **História dos Bairros de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917 – 1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Univille, 1998. pp. 105-161.

DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Livia de (Orgs). **Percepção ambiental a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEMO, Pedro. **Pesquisa princípio construtivo e educativo**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DOMINONI, Michelle. **Levantamento Preliminar de Pteridófitas Terrestres no Parque Municipal Morro do Finder de Joinville – SC**. Joinville: UNIVILLE, 1999. (Trabalho apresentado para obtenção do título de bacharel em Biologia)

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

EMBRAPA. Projeto Brasil visto do espaço. Disponível em <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em 12 de março de 2005.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. In: **Boletim Geografia Teórica**, Rio Claro, 10 (19)5-30, 1980.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FLORES, Cristiani Harger. **Estudo Preliminar da Avifauna do Parque Morro do Finder, Joinville – SC**. Joinville: UNIVILLE, 2001. (Trabalho apresentado para a obtenção do título de bacharelado em Biologia)

FUNDEMA. Fundação Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www3.netville.com.br/~fundema/index2.htm>>. Acesso em 28 de maio de 2002.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.fundema.sc.gov.br>>. Acesso em 20 de outubro de 2005.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **In:** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. pp. 109-119.

GONÇALVES, M L; CARVALHO, R J; GIRARDI, F; FERRETTI, O; ROCHA, S A. **Caminhos e Trilhas** – Joinville, Garuva, Campo Alegre, Itapoá, São Francisco do Sul. Joinville: Letradágua, 2004.

GONÇALVES, Mônica Lopes; OLIVEIRA, Therezinha Maria Novaes de. Aspectos Ambientais de Joinville. **In:** TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

GONÇALVES, Mônica Lopes. **Geologia para o Uso e Ocupação Territorial do Município de Joinville**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1993.

GONÇALVES, Mônica Lopes; KAUL, Pedro Francisco Teixeira. Evolução Geológica. **In:** KNIE, Joachim L W (Coord.). **Atlas ambiental da região de Joinville**: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. A Colônia Dona Francisca: A vida... o medo... a morte. **In:** GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **História de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. Joinville: Univille, 1998. pp. 105-161.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista - sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia.

\_\_\_\_\_. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. **In:** ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. pp. 149-168.

\_\_\_\_\_. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **In:** Revista Território, ano 2, nº3, jul.dez./1997. pp. 77-85.

IBGE. Carta topográfica escala 1:50.000. Folha SG-22-Z-B-II-3. Primeira impressão 1981.

IPPUJ. Instituto de Planejamento Urbano de Joinville. Disponível em: <www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2002.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal – Compromisso com o Futuro**. Joinville, 1998.

\_\_\_\_\_. **Centenário de Joinville**. Prefeitura Municipal de Joinville, 1951.

\_\_\_\_\_. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 29 de 14 de junho de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 1349, de 28 de junho de 1974. Cria a CODEVILLE - Companhia de Desenvolvimento de Joinville.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 3496, de 05 de junho de 1997. Altera a razão social da CODEVILLE para CONURB - Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville.

JORNAL A NOTICIA. Joinville, 25 fev. 2000. Disponível em: <www.an.com.br>. Acesso em: 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Joinville, 05 jun. 2000. Disponível em: <www.an.com.br>. Acesso em: 22 de dezembro de 2005.

KELLER, Paul Hellmuth. Joinville na arquitetura. **In: JOINVILLE. Centenário de Joinville**. Prefeitura Municipal de Joinville, 1951.

KNIE, Joachim L. W. de (Coord.). **Atlas ambiental da região de Joinville**: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Percepção e preservação da paisagem cultural. **OLAM Ciencia & Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p.187-211, nov. 2001. CD-ROM.

KORMANN, José. **História da Serra Dona Francisca**: de Joinville, por Campo Alegre, São Bento do Sul E Rio Negrinho a Mafra. Florianópolis: IOESC, 1989.

LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. **In: LEFÉVRE, Fernando et alii (Orgs.). O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. pp. 11-35.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma nova epistemologia da geografia. **In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org). Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. pp. 101-130.

MACHADO, Lucy Marion C. P. Paisagem valorizada. A Serra do Mar como espaço e como lugar. **In:** DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez visões sobre a mesma cena. **In:** Espaço e cultura, UERJ, N° 13, jan./jun./2002. pp. 35-46.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. **In:** YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das áreas de mangue em Joinville.** Itajaí: Univali. Centro de Pós-graduação, pesquisa e extensão. 1993. (Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História da UNIVALI, para obtenção do grau de especialista em historiografia brasileira).

OLIVEIRA, Elísio Marcos de. **Educação Ambiental uma possível abordagem.** Brasília: Editora UNB, 2000.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e geografia. **In:** OLAN – Ciência & Tecnologia [arquivo de dados legíveis por máquina]. Vol.1, n.2 (Nov. 2001). Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. pp. 14-28.

OLIVEIRA, M. S. C.; ALVES, M. C.; BANDEIRA, D. da R.; VIEIRA, S. L. **Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental como Subsídio ao Zoneamento e Conservação do Complexo Arqueológico Caieira – Lagoa do Saguçu.** Joinville/SC. Joinville: MASJ, 2002.

OLIVEIRA, Mário Sérgio Celski; BANDEIRA, Dione da Rocha. Arqueologia. **In:** KNIE, Joachim L. W. de (Coord.). **Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga.** Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. **In:** VELHO, Otavio G. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRESTINI, Enio Juliano. **Levantamento Fitogeográfico das Orquídeas do Parque Morro do Finder.** Joinville: UNIVILLE, 2000. (Trabalho apresentado para a obtenção do título de licenciatura em Geografia)

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, n.4, p. 1-25, abr. 1975.

ROCHA, Samir Alexandre. O Parque Municipal Morro do Finder como espaço de turismo e lazer. Joinville, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso.

RODOWICZ-OSWIECIMSKI, Theodor. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992. (Traduzido do Original de 1853 por Julio Chella)

SANTA CATARINA. Lei que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Lei nº 11.986 de 12 de novembro de 2001. Encontrado em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>. Acesso em 21 de agosto de 2002.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. Florianópolis: UFSC. Departamento de Geociências do CFH. 1998. (Dissertação apresentada ao Departamento de Geociências da UFSC, para obtenção do título de Mestre em Geografia).

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1998. pp. 12-74.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Fundamentos e perspectivas da geografia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

SERPA, Ângelo. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. In: OLAN – Ciência & Tecnologia [arquivo de dados legíveis por máquina]. Vol.1, n.2 (Nov. 2001). Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. pp. 29-61.

SGANZERLA, Norberto. Urbanismo – a formação da cidade. In: TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

SILVA, Maria Cristina Moreira da. **Programa de Educação Ambiental no Parque Morro do Finder**. Joinville, 1995.

TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

\_\_\_\_\_. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1984.

\_\_\_\_\_. **História do transporte em Joinville**. Disponível em: <<http://www.gidion.com.br>>. Acesso em: 29 de maio de 2005.

THOMAZI, Moacir G. A versátil e economia joinvilense. In: TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. Geografia Humanística. **In**: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. pp. 143-164.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VETERANCAR. Veteran Car Club de Joinville. Disponível em: <<http://www.veterancarjoinville.com.br>> Acesso em: 04 de janeiro de 2005.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. **Os caminhos da fenomenologia**. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/caminhos.html>> Acesso em: 20 de novembro de 2004.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.